



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM  
SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DA  
CIDADE DE REMÍGIO.**

**Areia - PB**

**2013**

**LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM  
SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DA  
CIDADE DE REMÍGIO.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal da  
Paraíba – CCA como requisito básico para  
obtenção do título de Licenciada em  
Ciências Biológicas.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. ANA CRISTINA SILVA DAXENBERGER

**Areia - PB  
2013**

**LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM  
SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DA  
CIDADE DE REMÍGIO.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal da  
Paraíba – CCA como requisito básico para  
obtenção do título de Licenciada em  
Ciências Biológicas.

**BANCA EXAMINADORA**

---

PROFA. Dra. ANA CRISTINA SILVA DAXENBERGER

Orientadora – CCA/UFPB

---

PROFA. MSC. ANDREZA POLIA

---

PROF. DR. ROSIVALDO GOMES DE SÁ SOBRINHO

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me conceder o dom da vida e a capacidade de vencer os obstáculos sugeridos por ela. Aos meus pais, irmão, namorado e amigos que me acompanharam nessa jornada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho primeiramente ao meu bom Deus que me deu o dom da vida e saúde necessária para enfrentar as adversidades diárias. Sem ele não sou nada e os agradecimentos se tornam poucos.

Agradeço a toda minha família que sem eles não sou nada. Em especial aos meus pais Alesandra Rodrigues Diniz e Francisco Lamberto de Araújo Diniz pelo incentivo ao estudo, mesmo com algumas dificuldades fizeram de tudo um pouco para que eu alcançasse meus objetivos.

Agradeço ao meu irmão Robério Rodrigues Diniz e ao meu namorado Dimas da Silva Santos que estão sempre presentes em minha vida e pela colaboração para a realização desse trabalho.

Agradeço de coração a minha querida Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger, orientadora, exemplo de determinação, competência, carisma e paciência; agradeço pelos ensinamentos e por tornar possível a realização desse trabalho. Sem sua excelente ajuda seria impossível a conclusão do mesmo.

Agradeço aos meus amigos e amigas de curso que criei um laço de amizade jamais esquecido. E que tornaram o percurso do processo graduação mais divertido.

Agradeço a todos os professores do curso de Ciências Biológicas pelos ensinamentos oferecidos e nunca esquecidos.

Agradeço aos professores, Andreza Polia e Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho, por contribuírem com meu trabalho fazendo parte da minha banca examinadora.

Agradeço aos colaboradores da pesquisa, que contribuíram para a realização desse trabalho.

Agradeço a todos que contribuíram para conclusão de mais uma etapa na minha vida e ajudaram para a formação da Lidiane Rodrigues Diniz que sou hoje.

“Que todo o meu ser louve ao Senhor, e que eu não esqueça nenhuma das suas bênçãos!”  
Salmos 103:2.

A pluralidade é condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir. Hannah Arendt citado por Voivodic (2004, p. 15).

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - John Langdon Down.....	21
FIGURA 2- Demonstração de cromossomos humanos.....	22
FIGURA3- Cariótipo de uma célula normal com 46 cromossomos.....	23
FIGURA 4- Cariótipo de uma célula com 47 cromossomos.....	23
FIGURA 5- Reconhecimento das características físicas da SD.....	25
FIGURA 6- Criança de origem européia, respondendo a estímulo ambiental.....	26
FIGURA7- Prega única na palma das mãos.....	27
FIGURA 8- Grupo de crianças com síndrome de Down.....	29
FIGURA 9- Menina com descendência indígena.....	30
FIGURA 10- Partes que podem estar afetadas comprometidas na pessoa com SD.....	31

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Risco de que um recém-nascido tenha Síndrome de Down, de acordo com a idade materna.....	28
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas

**CEB** - Câmara de Educação Básica

**CNE** - Conselho Nacional de Educação

**DI**- Deficiência Intelectual

**DM** - Deficiência mental

**DNA**- Ácido desoxirribonucléico

**ECA**- Estatuto da Criança e do Adolescente

**EJA**- Educação de Jovens e Adultos

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LDBEN**- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC**- Ministério da Educação

**NEE**- Necessidades Educativas Especiais

**ONU**- Organização das Nações Unidas

**PPP**- Projeto Político Pedagógico

**QI**- Quociente de Inteligência

**SD**- Síndrome de Down

**SE**- Secretaria de Educação

**SEESP**- Secretaria de Educação Especial

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso procurou compreender como tem sido o processo de inclusão escolar de um aluno com Síndrome de Down no ensino regular na cidade de Remígio, Estado da Paraíba. O aluno estudante da primeira série da Educação de Jovens e Adultos – EJA é o único aluno adulto com a síndrome matriculado no ensino regular do município até o momento. A SD apresenta aspectos cognitivos e motores característicos e com graus diferenciados de acordo com cada indivíduo. A educação inclusiva tem o propósito de oferecer um ensino de boa qualidade e que possa atender a todos. Nesta pesquisa pode-se identificar, por meio de um estudo qualitativo, através de questionários e entrevistas semi-estruturadas, que se torna necessário um interesse maior dos responsáveis que compõem o ambiente escolar a respeito do que é SD e sobre as necessidades específicas que as pessoas com necessidades especiais apresentam durante o processo educacional. Os dados foram categorizados de acordo com Bogdan e Bikle (1994) e analisados de acordo com fundamentos teóricos e aspectos legais. Pode-se perceber que ainda há um desconhecimento sobre a SD que acaba gerando certa insegurança por parte dos componentes da escola como a professora. O processo de inclusão é longo, mas necessário e pode ser alcançado por meio de adaptações curriculares, reformulação do Projeto Político Pedagógico - PPP, e oferecimento de formação continuada permanentemente.

**Palavras-chave:** Inclusão Escolar, Síndrome de Down, Formação Docente

## **ABSTRACT**

The present End of Course Project sought to understand how has been the school inclusion process of a student with Down syndrome in the regular education at Remígio city, in the state of Paraíba. The pupil student of the first grade of the Youth and Adults Education is the only adult student with Down syndrome enrolled in the regular teaching of the city until this moment. The DS presents cognitive and motor hallmark and with different degrees according to each individual. The inclusive education has the purpose of offer a teaching of good quality and that be able to attend to everybody. In this research can identify, by means of a qualitative study, through questionnaires and semi-structured interviews, that make necessary a bigger interest of the responsible that make up the school environment about what is DS and on the specific needs that the people with special needs present during the educational process. The data was categorized according to Bogdan e Bikle (1994), and analyzed according to the theoretical fundamentals and legal aspects. One can noticed that there is still ignorance about the DS that ends up creating some insecurity by the part of component of the school, as a teacher. The process of inclusion is long, but necessary and can be achieved through curricular adaptations, reformulation of Political-Pedagogic Project, and offering a continuing formation permanently.

**Keywords:** School inclusion, Down Syndrome, Teacher Formation

## SUMÁRIO

<b>II-INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 Objetivo Geral.....	12
1.2 Objetivos específicos.....	12
<b>II- INCLUSÃO ESCOLAR: concepção sobre escola inclusiva.....</b>	<b>14</b>
<b>III- III- SÍNDROME DE DOWN: estudo etiológico.....</b>	<b>19</b>
3.1- Características da SD.....	22
3.3 - Cariótipo.....	26
3.4 Comunicação e aceitação do diagnóstico.....	27
3.5 - Saúde: Síndrome de Down.....	28
3.6 - O desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem do Adulto com Síndrome de Down....	29
3.7 - A Superproteção da família: do luto à luta.....	32
<b>IV- METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>34</b>
<b>V – RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS.....</b>	<b>36</b>
5.1- Perfil dos entrevistados.....	36
5.2 - Concepções sobre inclusão escolar abordadas pelos participantes da pesquisa.....	36
5.3-Estrutura Física.....	42
5.4 - Conhecimento sobre a SD pelos participantes da pesquisa.....	43
5.5 - Discutindo o papel do professor.....	43
5.6 - Discutindo o papel dos gestores.....	45
5.7 - Relações interpessoais.....	46
5.8 - A prática docente desenvolvida para atender às NEE do aluno com SD.....	48
5.9 - Avanços e dificuldades da escolarização do aluno com SD.....	50
<b>VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>

<b>VII-REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICES</b>	

## I- INTRODUÇÃO

A inclusão é inseparável do âmbito educacional, garante discussões que direcionam possibilidades de superação dos desafios para a prática escolar, procurando a identificação e o atendimento das necessidades educacionais do aluno. Remetendo as orientações do Programa de Educação Inclusiva do MEC (SEESP/MEC, 2004 p.18 e 19) a escola tem:

[...] objetivo de garantir, a todas as crianças e adolescentes, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, toda escola deve desenvolver e regulamentar os procedimentos para a identificação de necessidades educacionais presentes no seu alunado. Há que se identificar tais necessidades, para que se possam planejar os passos posteriores, do atendimento a essas necessidades [...]

[...] cabe à escola prever o encaminhamento para estudo de caso, bem como o conjunto de procedimentos a serem adotados pelo professor, pela coordenação pedagógica, pela direção, pelo professor especialista, pela família e demais envolvidos, para a análise do processo e planejamento das providências necessárias para favorecer a aprendizagem do aluno.

Um dos aspectos fundamentais do processo de inclusão escolar é o reconhecimento da diversidade humana. No entanto, muitas vezes as pessoas com necessidades especiais sofrem preconceitos, discriminações e limitações sociais devido às características individuais e suas necessidades. Especificamente a pessoa com Síndrome de Down (SD) sofre muitas vezes, olhares diferenciados por causa do fenótipo marcante e que vai de acordo com cada indivíduo que apresenta a SD. Sendo uma barreira para a inserção da criança ou adulto com SD no sistema de ensino. Essa barreira inicialmente vem da família, por receio da pessoa com SD sofrer preconceito no ambiente escolar. Observa-se que atualmente tanto no Brasil como no mundo, a matrícula escolar dessas pessoas ainda ocorre de forma bastante isolada. E considerando os aspectos legais apresentados por documentos nacionais (Constituição Federal, 1988; LDB nº 9.394/96; ECA, 1990) e documentos internacionais como Declaração de Salamanca (1994) e Declaração Mundial de Educação para todos (1990) que nasce o interesse de desenvolver esta pesquisa. Foi a partir de questionamentos iniciais, como os apresentados a seguir, que emergiu o interesse de investigar e compreender como está sendo o processo de inclusão de um aluno com SD. Será que a escola está preparada para receber esse aluno? Como está desenvolvendo a prática pedagógica com esse aluno dentro da sala de aula? Há formação continuada para o professor melhorar sua prática docente? Para isso, teve-se como objetivos da pesquisa:

### **1.1 Objetivo Geral:**

Compreender como está sendo a inclusão de um aluno com Síndrome de Down no Ensino Regular na cidade de Remígio, Estado da Paraíba.

### **1.2 Objetivos Específicos:**

- Verificar se o (a) professor (a) está preparado profissionalmente e psicologicamente para trabalhar na perspectiva inclusiva, sobretudo em relação ao aluno com SD;
- Identificar os avanços e dificuldades que o aluno com SD apresenta no processo escolar;
- Averiguar se a escola possui estrutura física organizada;
- Compreender como é a socialização e a interação do aluno com Síndrome de Down no espaço escolar com os demais;
- Compreender como os indivíduos podem aprender juntos, embora tendo objetivos e processos diferentes de aprendizagem, sobretudo, sobre os ganhos relacionados ao respeito à diversidade;
- Analisar as práticas educacionais desenvolvidas com o aluno com SD, bem como a sua aceitação ou não pelo grupo ao qual está inserido;
- Compreender como é a relação família escola para acompanhamento do desenvolvimento do aluno com SD.

Nos capítulos posteriores, apresentaremos os fundamentos teóricos, o processo metodológico da pesquisa e os resultados e análise de dados. Mas, vale anteriormente explicitar que para a pessoa com necessidades especiais possam ter seus direitos garantidos é necessário a construção de uma sociedade inclusiva.

Para se construir uma sociedade inclusiva, na qual todos os membros façam parte dela assumindo o exercício da cidadania com garantia de acesso aos diferentes serviços e espaços sociais (SASSAKI, 2001) a educação é fator primordial para as mudanças necessárias na sociedade e nas escolas. Construir escolas inclusivas requer o rompimento com paradigmas alicerçados na homogeneidade e em currículo pautados única e exclusivamente conteudistas.

Compreende-se que nas escolas inclusivas, os educadores, os gestores, as famílias e a comunidade estão em parceria, para estimular o aluno à capacidade de aprender e a participar. A Declaração de Salamanca (1994, p. 12) diz que: “Nas escolas inclusivas, os alunos com

necessidades educativas especiais (NEE) devem receber o apoio suplementar de que precisam para assegurar uma educação eficaz”. Por este motivo, acredita-se que para a pessoa com SD aprenda e exerça seus direitos, é preciso modificações na sociedade e na escola.

Neste trabalho, serão apresentadas algumas questões relativas à educação do adulto com SD e a importância do ambiente escolar para seu desenvolvimento. Estudos mostram que não apenas os alunos com necessidades educacionais especiais preferem trabalhar em grupo, mas o grupo como um todo ajuda ao aprendizado da pessoa com necessidades educativas especiais (STAINBACK e STAINBACK, 1999). Vale ainda ressaltar que a Declaração de Salamanca (1994, p. 11) diz que:

“[...] o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste na aprendizagem de todos os alunos juntos, independentemente das dificuldades e diferenças e das diferenças que apresentarem”. Todos precisam conviver uns com os outros, aceitando suas diferenças e levando esse aprendizado cooperativo para fora da escola. Tomando em consideração as dificuldades que cada aluno apresenta, e procurar ajudá-los e não simplesmente ignorá-los dentro da sala de aula.

Educadores precisam analisar suas práticas de sala de aula e todo o ambiente de aprendizado de forma que as atividades, os materiais e os alunos sejam levados em consideração. Como a inclusão escolar é um processo, estratégias mais adequadas são de suma importância para que haja a remoção de obstáculos.

Este trabalho de conclusão de curso está organizado em 4 capítulos além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo trata-se do processo de inclusão escolar e concepção sobre escola inclusiva, que é essencial para o estudo realizado. O segundo capítulo apresenta o estudo etiológico presente na SD, como suas características principais, cariótipo, a comunicação e aceitação do diagnóstico, saúde, desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem do Adulto com SD e a superproteção da família abordando o processo de luto à luta. O terceiro capítulo trata-se da metodologia necessária para podermos fazer o encaminhamento da pesquisa. E o quarto capítulo aborda os resultados e discussões dos dados que foram obtidos na pesquisa à luz da fundamentação teórica.

Nas considerações finais, é interessante destacar que a inclusão pressupõe mudanças na atuação dos profissionais existentes na escola, adaptações curriculares com reformulações nas estratégias de ensino, sendo necessário compreender melhor a SD para melhor atender o aluno e os futuros alunos com NEE nas escolas regulares de ensino.

## II-INCLUSÃO ESCOLAR: concepção sobre escola inclusiva

A inclusão é o processo de adaptação quando preciso para que o indivíduo tenha acesso a seus direitos considerados básicos. Analisar a palavra inclusão significa traduzi-la como sendo a capacidade de entender e de também reconhecer todos os indivíduos, aprendendo a conviver com as diferenças.

Para falar em inclusão Voivodic (2004, p.21), em seu livro *Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down* diz que:

[...] é importante assinalar que não estamos nos referindo a um modismo, ou apenas à tendência mais recente na educação. A educação inclusiva não surgiu por acaso. É fruto de um momento histórico e faz parte de um sistema social e econômico em transformação. Portanto, para atendê-la precisamos nos reportar às suas origens históricas.

Dentro da sociedade a luta por direitos básicos presente nesse processo tem tido como principal objetivo a igualdade social das pessoas com quaisquer tipos de deficiências. Voivodic (2004, p 21) afirma que:

A luta pelos direitos humanos encontra seus princípios na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Esses direitos foram retomados nos movimentos sociais na década de 1960, quando emergiu no mundo toda a defesa pelos direitos humanos aplicados a todos.

Os familiares das pessoas com deficiência lutaram e lutam até hoje por oportunidades de estudo para essas pessoas. O processo de inclusão está diretamente ligado as lutas desses pais. Voivodic (2004, p22) afirma isso quando menciona em um trecho citado em seu livro que:

A inclusão, historicamente, também está ligada a movimentos de pais de crianças com deficiência. Na Europa os movimentos de pais de crianças com deficiência visavam convencer a sociedade e as autoridades públicas a incluírem seus filhos em situações comuns de ensino.

Masini (2000, apud VOIVODIC, 2004. p. 34), adverte que é necessário um preparo cuidadoso para que ocorra a inclusão, alguns fatores são assinalados tais como:

Necessidade de que cada educador conheça seus próprios limites pessoais e de formação e saiba em que medida pode contribuir para inclusão da criança deficiente;

As condições e limites de cada escola sejam examinados;

Os projetos educacionais se façam numa dialética teoria/prática, numa constante avaliação do que ocorre com a criança deficiente.

É necessário que haja a inclusão para que a sociedade tenha lugares mais produtivos para que todos possam aprender e com garantia de uma vida melhor para todos. Uma sociedade

com diversidade torna-se mais ideal para termos igualdade de oportunidades. A inclusão traz a ideia de igualdade de direito, respeito às diferenças.

Segundo Voivodic (2004, p.22) durante as “décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, pais de alunos com deficiência fundaram organizações como a National Association for Retarded Citizens” que em uma tradução livre significa: Associação Nacional dos Cidadãos com Retardo Mental. Esta associação luta pelos direitos de pessoas com deficiência mental (DM).

Ao se falar no processo de inclusão, menciona-se um acontecimento internacional considerado importante que aconteceu em 1999, na Guatemala a Convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiências, surgindo do País o Decreto nº3.956 de outubro de 2001. O mesmo informa que todas as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades que as demais pessoas.

No Brasil com a promulgação da Constituição Federal Brasileira (1988) a discussão sobre o tema se aprofundou, o Estado passou a assumir e a oferecer o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, de preferência nas redes regulares de ensino. Mas, só a partir de 1990 as políticas públicas de inclusão tiveram início no País. Só adquirindo direitos a uma educação gratuita no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, quando políticas de ampliação e crescimento do atendimento público educacional avançam no Território brasileiro.

O processo de inclusão no Brasil também sofreu bastante influência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (NEE), realizada no ano de 1994 em Salamanca (Espanha), na qual Voivodic (2004, p. 24) diz que “foi firmado um compromisso com a educação para todos, ficando decidida a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema comum de educação”. A conferência veio com a intenção de incluir todos os indivíduos sem exceção. A Lei máxima deu início a algumas reflexões ocasionando a criação de diversos trechos legais. Dois anos depois da promulgação da Constituição (1988), em 1990, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, (art.54, inciso III) que precisa ser citado.

A LDB de nº 9.394/96 faz uma dedicatória à educação especial os artigos 58, 59 e 60 em seu capítulo V. Ressaltando que em 1961 houve homologação da LDB (Lei de Diretrizes e

Bases), Lei nº 4.024/61, a qual traz que a educação da pessoa com NEE passou a ser enquadrada no sistema geral de educação e com dez anos depois com a Lei 5.692/71. A LDB 5.692/71 pode garantir um melhor tratamento às pessoas que tinham algum tipo de deficiência e não teve acesso as escolas em idade apropriada por esse motivo poderiam ser matriculadas com atraso em alguma série.

Cita-se também o Parecer CNE/CEB nº 16/99 e a Resolução CNE/CEB nº 4/99 que juntos dispõem uma educação profissional para pessoas com NEE.

Os movimentos surgidos deram o aparecimento de vitórias no processo da educação inclusiva no País, com eles a vinda de documentos oficiais e/ou textos legais. As pessoas com deficiência tiveram a oportunidade de escolarização em instituições especializadas. Outros movimentos foram surgindo logo depois, dando início a uma luta pelo direito de estudarem em escolas regulares. “Foi instalada, em 1950, em caráter experimental, a primeira sala de recursos em São Paulo para que deficientes visuais estudassem em classes comuns” (VOIVODIC, 2004, p. 24). Criando também em seguida classes especiais para indivíduos com deficiência intelectual.

A educação inclusiva não é só destinada aos alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais), mas se prevê o atendimento a todos com uma educação de boa qualidade, acolhendo todas as pessoas, sem exceção, de maneira a oferecer se necessário, adaptações curriculares e de acesso para que os alunos com NEE possam melhor se desenvolver. Considerando isso, vale ressaltar que a sociedade inclusiva é aquela que oferece a seus membros acesso aos diferentes segmentos sociais de maneira que eles possam exercer sua cidadania com qualidade de vida. É a sociedade que se adapta para proporcionar condições de acesso a todos os segmentos sociais como: trabalho, lazer, saúde, educação, locomoção, dentre outros. Mantoan assim se expressa:

É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003.p.53)

Mendes (1999) relata que:

As propostas não garantem competência à escola para ensinar alunos com necessidades educativas especiais. Elas até podem favorecer a inserção desses alunos nas classes regulares, mas não garantem que eles irão permanecer, ou que irão aprender o que lá será ensinado, e muito menos que terão equiparadas suas oportunidades de desenvolver todas suas potencialidades (MENDES, 1999, apud VOIVODIC, 2004).

Para se conceituar escola inclusiva menciona-se o trecho de Carvalho (2004, p, 29) que afirma que:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos [...]

O processo de inclusão não envolve apenas pessoas com deficiências. Algo que independe das peculiaridades dos indivíduos. Podendo apresentar diferentes dificuldades em seu desenvolvimento e de aprendizagem.

A escola inclusiva precisa se adaptar a chegada do aluno e fazer mudanças na estrutura curricular e arquitetônica. Acolher o aluno de “braços abertos” para poder desenvolver suas habilidades individuais. É na escola onde os alunos passam parte de seu tempo e realizam conexões sociais. “Se o aluno não se sente conectado, é como se não estivesse inserido. Nesses casos, o aluno não consegue utilizar plenamente seu potencial” (STAINBACK e STAINBACK, 1999). O indivíduo então, não se sente incluído dentro da escola.

Uma sala de aula, seja ela qual for, apresenta uma diversidade dentro dela. Todos precisam conviver uns com os outros, aceitando suas diferenças e levando esse aprendizado cooperativo para fora da escola. Sendo importante o aprender junto. Levando em consideração as dificuldades que cada aluno apresenta, procurando ajudá-los e não segregá-los. No processo de inclusão, educadores, gestores, coordenadores, famílias e comunidade devem estar sempre em parceria. Para desenvolver no aluno a capacidade de aprender e participar. Mas, escolas que se dizem inclusivas, na verdade não praticam de fato esses mecanismo e estratégias. Ainda neste pensamento (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p.73) relata que:

O pessoal da escola nem sempre reconhece que, para educar a criança como um todo, é preciso que se cuide das necessidades de aceitação, de inserção e de amizades dos alunos. Na verdade, alguns pais de alunos com deficiência relatam que foram comunicados durante as reuniões na escola que a facilitação e o apoio das amizades são responsabilidades dos pais, não das escolas.

Carvalho (2004) destaca que devem ser considerados alguns aspectos para que nossas escolas tornem-se inclusivas. Tais aspectos são:

As condições sociais e econômicas de nosso país e que têm acarretado a desvalorização do magistério fazendo com que, muitas vezes, as escolas funcionem como espaços de abrigar e de cuidar os alunos em vez de serem espaços para a construção do conhecimento e de exercício da cidadania;  
As condições materiais em que trabalham nossos professores;  
Sua formação inicial e continuada;  
As condições requeridas para que a aprendizagem se efetue “clima” prazeroso e criativo [...].

São diversas as barreiras que impedem os alunos terem um ensino considerado de qualidade no nosso país. A autora cita é em relação dos acontecimentos que ocorrem dentro das escolas atualmente. Os alunos apenas estão sendo recebidos dentro da sala de aula e não estão sendo estimulados a aprender para desenvolver seu conhecimento e habilidades. Por causa de condições econômicas e sociais que o país sofre as salas de aulas brasileiras não apresentam uma estrutura essencial para que o professor explore o potencial do seu aluno. Ocasionalmente a formação de um cidadão despreparado para agir diante da sociedade. A autora aponta também a falta de materiais para que os professores desenvolvam estratégias curriculares na sala de aula, mas não apenas as condições sociais e econômicas afetam a boa vida escolar, vários professores são incapacitados de inovar, por não terem uma formação adequada.

Uma alternativa para mudar a problemática perante aos professores seria o oferecimento de cursos de formação continuada que favoreceria acompanhar o ritmo de mudança dos alunos e da sociedade. Algumas escolas não apresentam uma mudança curricular, tendo um currículo convencional. Uma escola tradicional não ocasiona um clima prazeroso em seu interior, pois seus componentes seguem a estrutura do currículo que a escola dispõe. Professores tradicionais que não exploram a capacidade de criatividade do educando, provocando características que não se adequam a uma escola realmente inclusiva.

[...] Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. [...] (Mantoan, 2003, p.13).

A inclusão traz a ideia de igualdade de direitos e, principalmente, a de valorização das diversidades. Ela é consequência de uma escola de boa qualidade, onde cada aluno é percebido na sua individualidade, a fim da instituição escolar atender de fato as reais necessidades dos alunos. Nela não há currículo convencional e se prioriza um excelente ensino para todos. Para a autora Carvalho (2004, p. 17):

A igualdade diz respeito aos direitos humanos e não às características das pessoas, enquanto seres que sentem, pensam e apresentam necessidades diferenciadas e que, por direito de cidadania, devem ser compreendidas, valorizadas e atendidas segundo suas exigências biopsicossociais individuais. Em decorrência, fazem jus à equiparação de oportunidades de acesso, ingresso e permanência, com êxito, na escola [...].

O processo de inclusão escolar é considerado histórico, portanto longo. Que ao lermos documentos citados acima, não ignorá-los e apenas seguir sem avançar como se deve. Mas, que precisa ser algo lido, lembrado e praticado por todos sem distinção na sociedade,

derrubando obstáculos para chegar a um caminho esperado por pessoas que lutam por uma sociedade inclusiva por fim justa.

### III- SÍNDROME DE DOWN: estudo etiológico

O nome Síndrome de Down surgiu segundo Voivodic (2004, p. 39) “em homenagem ao médico inglês Jon Langdon Down que havia descrito um grupo distinto de portadores de um comprometimento intelectual, registrando o fato ao caracterizar detalhes fenotípicos” (FIGURA 1).



**Figura 1-** John Langdon Down, médico inglês que descreveu a síndrome de Down.

Acessível no site: Fonte:<<http://www.hollywoodivf.com/FertilityConception/Infertility/Geneticin.aspx>>. Acesso em 30/09/2012 às 13h50min.

Brunoni (1999) descreve a SD como:

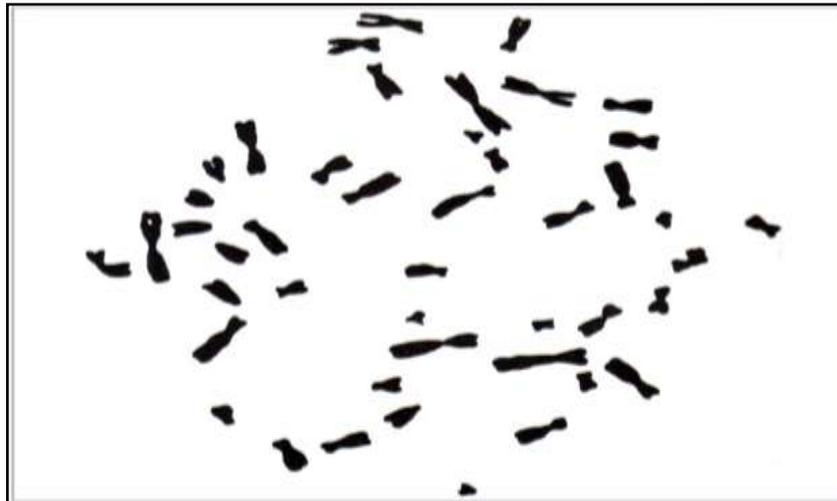
[...] uma cromossomopatia, ou seja, uma síndrome cujo quadro clínico global deve ser explicado por um desequilíbrio na constituição cromossômica, no caso a presença de um cromossomo a mais no par 21, caracterizando assim uma trissomia 21. O termo trissomia refere-se à presença de um cromossomo a mais no cariótipo de uma pessoa, fazendo com que o número total de cromossomos na SD seja 47 e não 46 (apud VOIVODIC, 2004, p.39).

Como mencionado anteriormente a SD é uma alteração cromossômica e não uma doença como muito pensam, imaginado que terá uma possível cura. Não existe possibilidade de desaparecer.

De acordo com Werneck (1995):

[...] A história oficial da síndrome de Down no mundo começa no século XIX. Até então, os deficientes mentais eram vistos como um único grupo homogêneo. Assim eram tratados e medicados identicamente, sem se levar em consideração as causas da deficiência, que são inúmeras e podem ocorrer durante a gestação, no momento do parto e depois do nascimento. (1995, p. 58,).

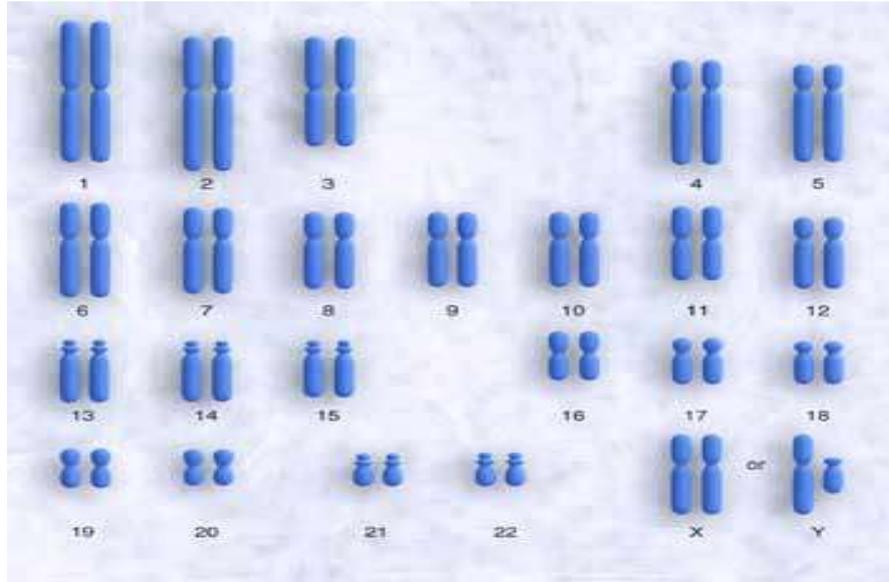
O ser humano tem seu o corpo constituído por células, que podem ser visualizadas ao microscópio. Dentro delas há os cromossomos, estruturas responsáveis pelo funcionamento do corpo dos indivíduos (FIGURA 2).



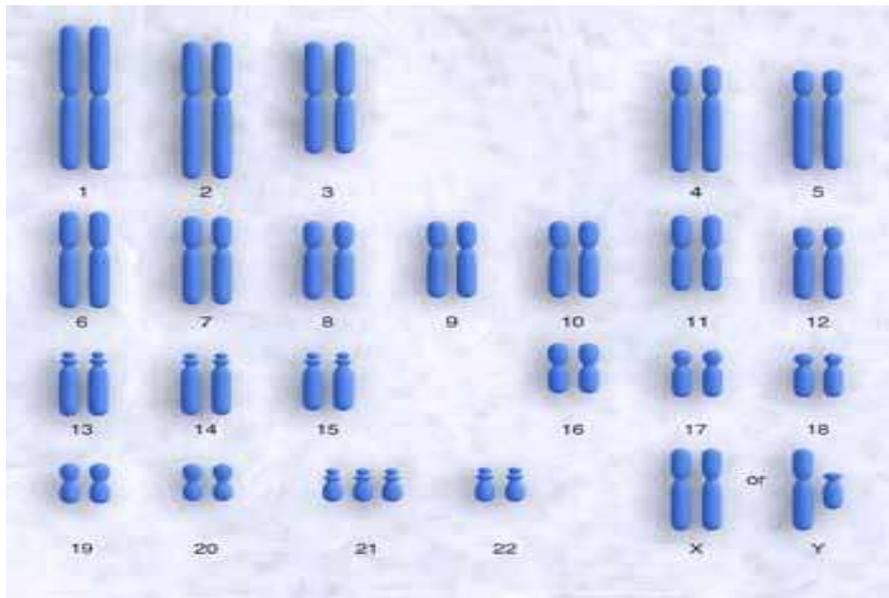
**Figura 2-** Demonstração de cromossomos humanos.

Acessível no site: <http://ww.projeto-down.org.br/cartilha02.doc>. Acesso em: 20/08/2012 às 19 h35min.

Os cromossomos podem determinar nossas características, por exemplo, cor da nossa pele, sexo, funcionamento de órgãos, entre outras funções. São visíveis nas células que estão no processo de divisão e à medida que se processa a divisão celular, vão se enovelando, tornando-se mais curtos e grossos, nos gametas (espermatozoides e óvulo) este número acaba se reduzindo à metade. Constituídos por ácido desoxirribonucléico conhecidos popularmente como DNA. Cada uma de nossas células é composta por 46 cromossomos (FIGURA3), sendo 23 vindos do pai e 23 da mãe, dispostos em pares, concluindo então 23 pares. Um desses pares, o par de número 21 sofre uma alteração ficando constituído por um cromossomo a mais. Os indivíduos com SD acabam apresentando 47 ao invés de 46 (FIGURA 4). O surgimento de alterações cromossômicas como a da SD são responsáveis por várias expressividades genéticas.



**Figura 3-** Cariótipo montado acima, célula normal com 46 cromossomos sendo dois no número 21.  
 Acessível no site: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cuidados\\_saude\\_pessoas\\_sindrome\\_down.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cuidados_saude_pessoas_sindrome_down.pdf).  
 15/01/2013 13h40min.



**Figura 4** – Cariótipo montado, a partir de uma fotografia de uma célula com 47 cromossomos, sendo três de número 21. Acessível no site: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cuidados\\_saude\\_pessoas\\_sindrome\\_down.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cuidados_saude_pessoas_sindrome_down.pdf). 15/01/2013 13h43min.

Segundo o Ministério da Saúde a cada ano nascem oito mil bebês com SD. VOVODIC (2004, p.40) diz que a síndrome pode ser causada por três tipos de comprometimentos cromossômicos: trissomia simples, translocação e mosaïcismo.

Trissomia simples: ocorre a não disjunção do cromossomo 21; percebe-se claramente a trissomia, ou seja, o 3º cromossomo extra ao par 21, causando a síndrome. Sua incidência é a mais comum, ocorrendo mais ou menos em 96% dos casos, sendo suas causas discutíveis, já que os pais têm cariótipo normal, e a trissomia se dá por acidente.

Trissomia por translocação: o cromossomo adicional está sobreposto a um cromossomo de outro par, portanto não se trata de uma par 21 e o outro, ao qual se agrupou, sofrem uma quebra na sua região central. Há uma união entre os dois braços mais longos e perda dos dois braços curtos. Não se notam diferenças clínicas entre as crianças com trissomia simples ou por translocação, e ocorrem em 2% dos casos.

Mosaïcismo: presença de um percentual de células normais (46 cromossomos) e outro percentual com células trissômicas (47 cromossomos). Ocorre em cerca de 2 % dos casos. A causa desta “falha” é até o momento, desconhecida, mas sabe-se, no entanto. Que é pequena a probabilidade de reincidência numa mesma família.

Schwartzman (1999) diz que fatores podem modificar a incidência da SD. São classificados em: ambientais ou exógenos e endógenos.

Entre os endógenos, o mais importante é, indiscutivelmente, a idade materna. Mulheres mais velhas apresentam riscos de terem filhos trissômicos, possivelmente devido ao fato do envelhecimento dos óvulos. O Mesmo não acontece com os espermatozóides e por esta razão é que não há relação direta entre a SD e a crescente idade paterna.

Entre os fatores ambientais, é notório o diagnóstico pré-natal pelo menos nos países onde ele é realizado em número significativo. Assim, quanto maior o número de gestações interrompidas após diagnóstico pré-natal, menor será a incidência ao nascimento. (apud VOIVODIC, 2004, p. 40)

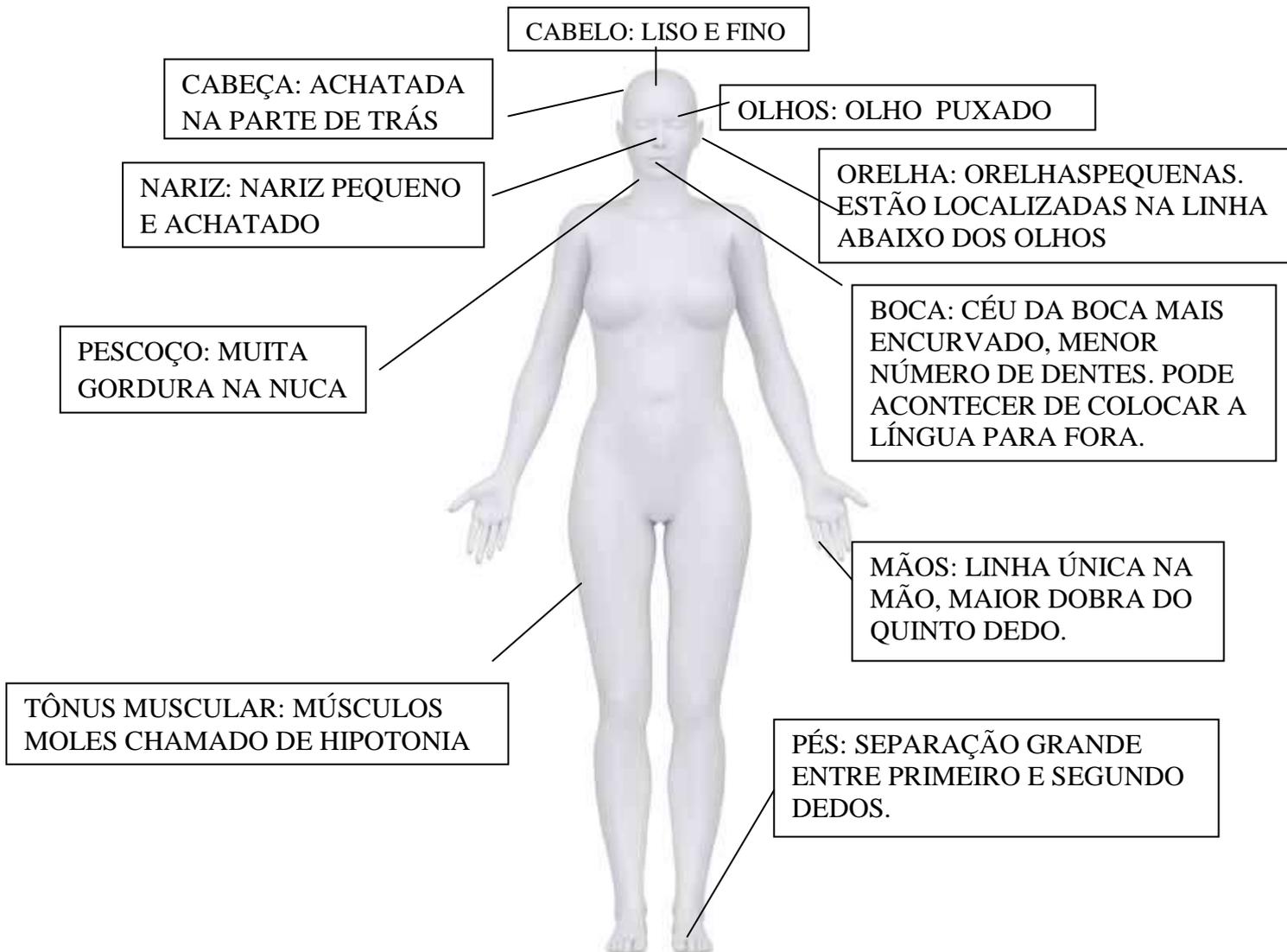
A SD não apresenta causas conhecidas, segundo o Projeto Down<sup>1</sup> “de cada 550 bebês que nascem um têm a síndrome Atualmente, estima-se que existem, entre crianças e adultos, entre 150 e 170 mil brasileiros com SD. A cada ano estima-se o nascimento de 8 mil bebês Down no Brasil”. A incidência obviamente também difere em diversas regiões do mundo.

### **3.1 Características da SD**

As pessoas com SD apresentam características físicas parecidas, ou seja, seu fenótipo. Essas características podem ser notadas desde o nascimento. Mas, não ocorre o mesmo com o comportamento e o desenvolvimento.

---

<sup>2</sup> Projeto Down: Site de busca com a disposição de cartilhas referentes à Síndrome de Down. Acessível em: <<http://www.projeto-down.org.br/>>. Acesso em: 20/09/2012 às 20h30min.



**Figura 5:** Reconhecimento das características físicas da SD. Acessível no site:

<[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cuidados\\_saude\\_pessoas\\_sindrome\\_down.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cuidados_saude_pessoas_sindrome_down.pdf)>. Acesso em 04/02/2013 às 20h35 min.

Segundo Schwartzman (1999, apud, CARNEIRO, P. 64).

[...] não há um padrão estereotipado e previsível em todas as crianças portadoras de SD, uma vez que tanto o comportamento quanto o desenvolvimento da inteligência não dependem exclusivamente da alteração cromossômica, mas, também, do restante do potencial genético bem como das influências do meio em que a criança vive.

Na SD são atribuídas algumas características tipo: afetividade, teimosia, docilidade, entre outras (VOIVOIDIC, 2004; SCHWARTZAN, 1999). Não significando dizer que todos apresentam mesmo comportamento e mesma personalidade. Porém diversos estudos sobre as características da SD (WISHART & JOHNSTON, 1990; GUNN & CUSKELLY, 1991) não confirmam que tais características são comuns a todos os indivíduos com SD.

Sobre o aspecto cognitivo a pessoa com SD apresenta uma deficiência intelectual mais constante. Segundo Voivodic (2004, p. 43):

[...] O QI<sup>2</sup>, dos indivíduos com SD tem demonstrado aumentos significativos nas últimas décadas, o que evidencia que a inteligência não é determinada exclusivamente por fatores biológicos, mas também influenciada por fatores ambientais [...].

Mostrando que os aspectos cognitivos são características adquiridas nos indivíduos. Os indivíduos com SD têm muita capacidade de aprender normalmente se forem estimulados de maneira correta. Voivodic (2004, p. 43) afirma que “a genética representa apenas uma possibilidade, e as competências cognitivas são algo que se adquire com o desenvolvimento humano na interação com os outros”. Sabe-se que a estimulação favorece a vida da criança com SD, tendo melhorias na mastigação, fala, nas funções motoras e intelectuais. Os pais precisam estimular o bebê, se tornando uma atividade realizada em família, pois muitas vezes fica sendo algo de responsabilidade de uma única pessoa, a mãe (FIGURA 5).



**Figura 6** - Criança de origem européia, respondendo a estímulo ambiental. Fonte (Mustacchi & Rozone, 1990, p.85).

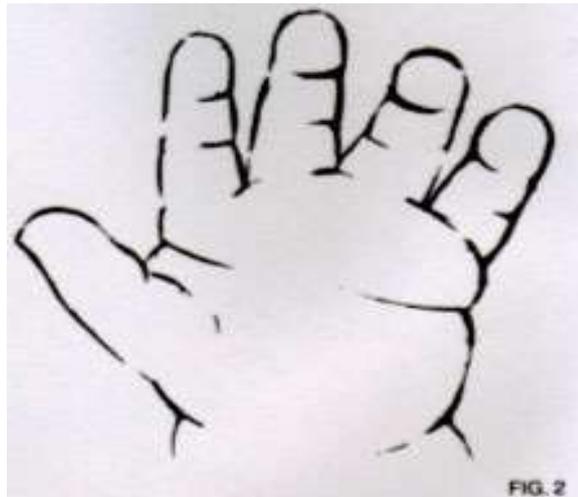
---

<sup>2</sup>QI: Abreviatura de Quociente de Inteligência. Acessível no site:

<<http://www.infoescola.com/psicologia/quociente-de-inteligencia-qi/>>. Acesso em 10/12/2012 às 15h20min.

Em alguns casos a linguagem é a área na criança com SD que demonstra mais atrasos. "Há também um déficit em relação à memória. As crianças com SD não acumulam informações na memória auditiva imediata de forma constante como a criança normal" (Voivodic, 2004, p. 45).

[...] Outras características ao nascimento também podem ser observadas, tais como: peso de nascimento menor comparado à criança sem a síndrome; bebês costumam ser bastante sonolentos e, em geral, isoladamente, pode estar presente em indivíduos normais [...] (VOIVODIC, 2004. P. 41).



**Figura 7** - Prega única na palma das mãos

Acessível no site: <http://www.projetodown.org.br/cartilha02.doc>, 10/06/2012 19h50m.

O risco de se ter um filho com SD pode atingir todas as pessoas, independente de raça, ou condição social. Mas de acordo com o Projeto Down<sup>1</sup> pesquisas mostram que a chance de ter um filho com SD se tornam maiores quando a mãe apresenta mais de 40 anos de idade (TABELA 1). Vale dizer que nenhum problema que seja causado durante a gestação pode causar a SD, logo no início da gestação é possível determinar se a criança terá SD ou não. E não há pesquisas que mostram que algum tipo de medicamento ingerido no decorrer da gravidez ocasiona a alteração cromossômica.

**TABELA 1** – Risco de que um recém-nascido tenha síndrome de down, de acordo com a idade materna, no caso de mães que nunca tiveram uma criança com esta síndrome (ocorrência).

<b>Idade Materna (anos completos)</b>	<b>Risco de ocorrência (por cento)</b>
15 a 34	0,05 a 0,02
35 a 39	0,27 a 0,72
40	0,9
41	1,2
42	1,5
43	1,9
44	2,4
45 a 49	4,4

Acessível no site: <http://www.projetedown.org.br/cartilha02.doc>, 05/02/2013 22h55min.

### 3.3 Cariótipo

Para que se possa comprovar a existência de uma pessoa com SD, o médico terá que solicitar um exame genético conhecido por cariótipo. Por meio do resultado desse exame os familiares, juntamente com o médico receberão a confirmação do diagnóstico. Para realização de estudos que envolvam cromossomos geralmente são utilizadas células sanguíneas, mas no caso de diagnóstico pré-natal, são utilizadas células de tecidos fetais. Depois da escolha das células, há a preparação destas para a análise dos cromossomos.

[...] para realizar esse exame, é preciso obter células em processo de divisão. Para isso, coleta-se sangue do indivíduo e, no laboratório, *in vitro*, estimula-se a divisão das células ali presentes. Passado algum tempo, suficiente para que várias gerações de células tenham se formado, usam-se substâncias apropriadas interrompe-se o ciclo de divisões na fase de metáfase. Nesse estágio os cromossomos duplicados encontram-se unidos pelo centrômero e bastante condensados. Preparam-se lâminas desse material que, depois de coradas, são observadas ao microscópio. KRASILCHIK (2004, p.116).

Reconhecer a SD pelos familiares é super importante para estarem preparados para receber esse indivíduo no leito familiar. E permite saber que essa alteração cromossômica pode ocorrer nos demais entes da família e precisam se encontrar preparados para esse momento.

### 3.4 Comunicação e aceitação do diagnóstico

Normalmente o obstetra que realizou o parto ou o pediatra do recém-nascido, conversa com o casal sobre a suspeita de que a criança tem SD, que com certeza está não é considerada uma tarefa fácil, principalmente, porque esta notícia desperta de início sofrimento, tanto para os pais como para os familiares. Comunicar aos pais que seu filho tem SD é considerada uma situação difícil. “Ao transmitir o diagnóstico, o médico deve estar disposto a responder perguntas, a ouvir e apoiar” (MUSTACCHI & ROZONE, 1990, p. 54). É preciso que o profissional que irá transmitir a notícia seja preparado para o surgimento de uma relação positiva entre os pais e a criança. Há médicos que ao comunicar a notícia falam de maneira desesperadora para os familiares, gerando um sentimento de revolta e desmotivação.



**Figura 8** – Grupo de crianças com síndrome de Down. Fonte (Mustacchi & Rozone, 1990, p. 53).

Muitas vezes a aceitação se torna difícil porque a maioria dos pais e/ou parentes projeta um futuro para o indivíduo antes mesmo dele nascer. É preciso informar aos pais o diagnóstico de maneira rápida para não dificultar e demorar a aceitação. A grande maioria dos pais e/ou parentes demora a acreditar no que está ocorrendo dificultando o processo do luto. O luto acontece quando os pais idealizam a chegada de um filho perfeito e ao descobrir que seu filho apresenta alguma deficiência isso se torna algo preocupante, uma perda daquele filho antes imaginado. Essa perda causa dor e medo ao mesmo tempo.

Nesse momento é preciso oferecer assistência adequada para que esses pais e demais familiares da criança com SD para que ela se sinta acolhida, evitando o estresse materno diminuindo então os riscos do bebê nascer prematuro.

De acordo com Mustacchi & Rozone (1990, p. 55):

O impacto sobre a família pode ocorrer em vários setores: financeiro, social, somático, comportamental, vida mental consciente e inconsciente, isoladamente ou em combinação,



**Figura 9** - Menina com descendência indígena. Fonte (Mustacchi & Rozone, 1990).

### 3.5 Saúde: Síndrome de Down

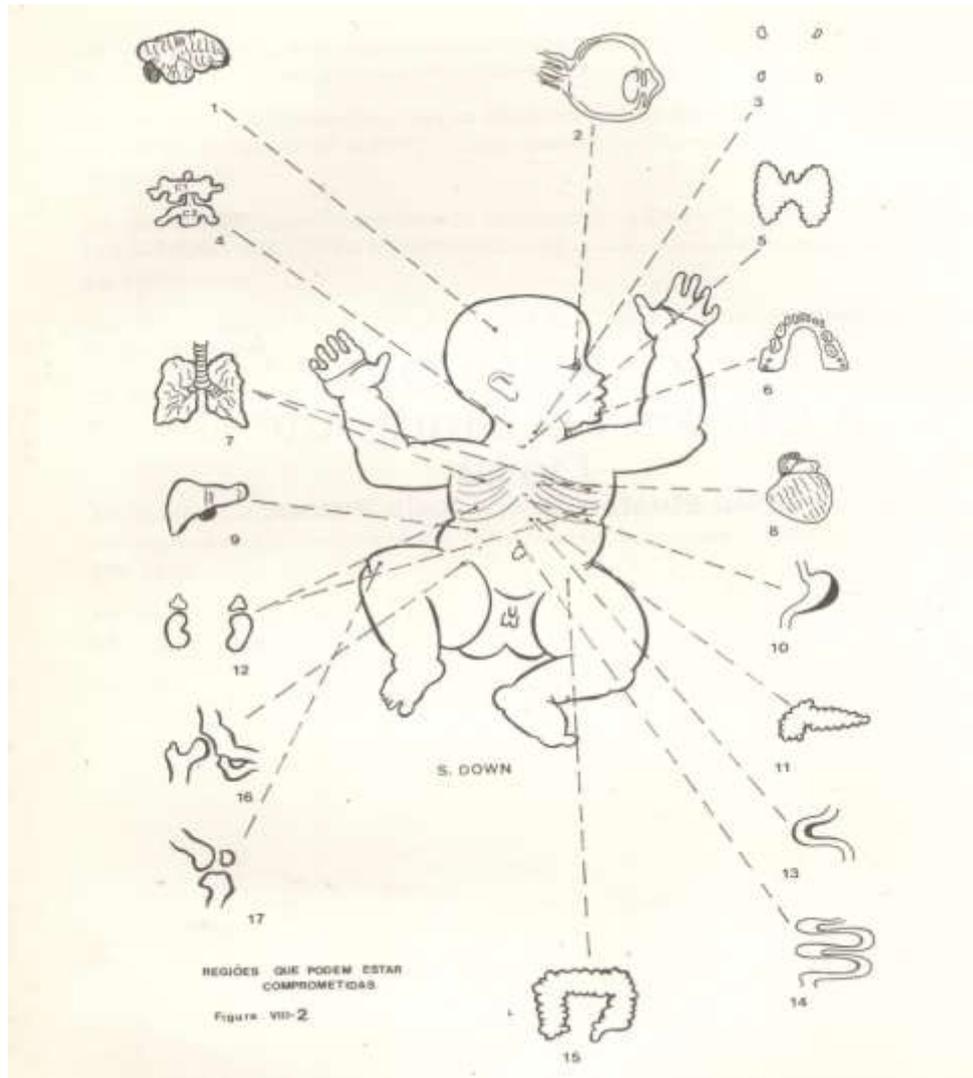
As pessoas com SD apresentam muitos problemas médicos no decorrer de suas vidas (MUSTACCHI & ROZONE, 1990). As complicações estão associadas a indivíduos com SD, sendo função de um profissional encaminhá-los para um atendimento especializado.

O sistema nervoso da pessoa com SD apresenta anormalidades que resultam em disfunções neurológicas. Afetando por consequência o processo de aprendizagem desses indivíduos. “Cerca de 40% dos casos apresentam cardiopatia congênita” (MUSTACCHI & ROZONE, 1950, p. 63).

No entanto, os indivíduos com SD não só podem apresentar problemas no coração, como também em outras partes do corpo como: má-formação gastrointestinal alguns tipos de leucemia, problemas no sistema respiratório, apneia do sono, problemas odontológicos que são visíveis nos primeiros meses de vida, doenças auditivas, problemas nos quadris, sistema imunológico afetado “susceptibilidade aumentada às infecções do trato gastrointestinal e das vias respiratórias” (MUSTACCHI & ROZONE, 1950, p. 66), doença de Alzheimer, dentre outras.

Mustacchi & Rozone (1990, p. 62) menciona sobre a doença de Alzheimer que:

[...] Indivíduos com síndrome de Down e idade superior a 40 anos apresentam, em seu córtex cerebral, grande números de placas amilóides, que se associam a demência [...]



**Figura 10** – Partes que podem estar afetadas comprometidas na pessoa com SD. Fonte (Mustacchi & Rozone, 1990).

Os familiares precisam manter uma atenção em dobro nas pessoas com essa síndrome por terem uma saúde muitas vezes debilitada, mas que não significa que essas pessoas não podem ter uma vida saudável e tranqüila. Vale ressaltar que todos nós ficamos doentes.

### 3.6 O desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem do Adulto com Síndrome de Down

Muito se fala sobre a SD, mas há em destaque um ponto: as dificuldades cognitivas. Há um equívoco em dizer que todos os indivíduos com SD se desenvolvem da mesma forma, mesmas características e dificuldades motoras e cognitivas. Cada um se desenvolve da sua maneira, cada caso é um caso e não pode ser igualado, pois são pessoas diferentes e vivem em ambientes diferentes. Essa ideia foi por um longo tempo entendida dessa maneira, vinda

inicialmente pelo Dr. J. Langdon Down que estudou a síndrome a priori descrevendo a SD como uma raça diferenciada. Se tratando de desenvolvimento cognitivo, “a deficiência mental (DM) tem sido considerada umas das características mais constantes da SD, com um atraso em todas as áreas do desenvolvimento” (Voivodic 2004, p. 43).

A DM é definida pela Associação Americana de Desenvolvimento Mental como: “a condição na qual o cérebro está impedido de atingir seu pleno desenvolvimento, prejudicando a aprendizagem e a interação social do indivíduo”. (VOIVODIC, 2004, p.43)

Vale lembrar que, a Organização das Nações Unidas – ONU no ano de 2004 substituiu o termo “deficiência mental” por deficiência intelectual- DI. Segundo a Revista Ponto Com<sup>4</sup> “A deficiência intelectual se caracteriza também por um quociente de inteligência (QI) inferior a 70, média apresentada pela população”. Não se deve em momento algum definir o potencial que cada pessoa irá alcançar isso é um processo demorando que só o tempo mostrará as habilidades e dificuldades apresentadas de cada indivíduo. A criança quando logo estimulada supera suas capacidades e descobrem mundos desconhecidos. Não importa se a criança tem SD ou não. As interações com o meio, os acontecimentos diários favorece o desenvolvimento dos indivíduos com SD.

A importância da família para as pessoas com SD são inúmeras, uma delas é que a partir da iniciativa familiar de tentar lutar pelos direitos dessas pessoas diante a sociedade, às oferecem desde o nascimento oportunidades que favoreceram seu desenvolvimento para viverem com autonomia diante a sociedade. O processo cognitivo da criança e em seguida um adulto com SD se dará quando forem desafiados a participar das atividades cotidianas, contribuindo para o surgimento das potencialidades de cada indivíduo “a inteligência não se define, constrói-se. A genética representa apenas uma possibilidade, e as competências cognitivas é algo que se adquire” Melero (1999, apud VOIVODIC, 2004.p.43).

---

<sup>4</sup>Revista Ponto Com: Site de busca com informações referentes a educação. Acessível: <http://www.revistapontocom.org.br>. 05/12/2012 às 19h00min.

A fala do indivíduo com SD apresenta um déficit muito grande, sendo difícil a socialização dessas pessoas. Muitos familiares e pessoas que estão no convívio com indivíduos com SD acabam não se comunicando porque já esperam não obter um diálogo.

Del Barrio (1991, apud VOIVODIC, 2004. p.44) diz que:

Devido a pouca verbalização da criança, as mães mostram-se mais diretivas em sua comunicação com ela, fazem menos perguntas, talvez não esperando respostas, mantendo o mesmo padrão de comunicação em diferentes idades..

As dificuldades na fala, escrita e outras tornam mais dificultosas o acesso dessas pessoas no ensino regular. Esses acontecimentos acabam sendo levados no decorrer da vida do sujeito, dificultando o desenvolvimento quando adulto. Com isso, ao chegar ao ambiente escolar isso se torna ainda mais complexo.

Quando qualquer indivíduo é colocado num ambiente escolar tardiamente se torna mais complicado seu aprendizado. Os professores, juntamente com a escola devem estar preparados para atender esses alunos e tornar o processo de inclusão completo. Não só os fatores genéticos influenciam no desenvolvimento desses alunos, como igualmente a interação social como o ambiente onde o indivíduo.

Voivodic (2004. p. 46) menciona que:

É necessário, porém, romper com determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com SD resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações co o meio.

Para se falar em autonomia de um adulto com SD é preciso mencionar o ambiente onde vive. Desconhecimento dos familiares sobre a síndrome, podendo tratá-los como pessoas com ausência de personalidade, não sendo capazes de frequentarem um ambiente escolar, desacreditarem de suas capacidades ou até mesmo sabem que são capazes, mas têm medo de seu parente com SD poder sofrer com atitudes preconceituosas, com isso acabam vivendo sem escolarização alguma e por fim não conseguem alcançar sua autonomia.

A Escola deve estar preparada para receber esses alunos em qualquer fase de suas vidas. “Suas contribuições são importantes na incorporação de técnicas especializadas e programas de desenvolvimento individual” (VOIVODIC, 2004. p.59). As deficiências existentes, no caso a deficiência intelectual não deve ser em hipótese alguma um fator de impedimento para que pessoas com SD tenham oportunidades educacionais.

### 3.7 A Superproteção da família: do luto à luta

Ter um filho com deficiência gera nos familiares uma preocupação que acaba sendo exagerada, gerando barreiras para o desenvolvimento dessas pessoas. “São compreensíveis os medos e as dúvidas dos pais diante desse tipo de dificuldades, que aumentam os problemas a ser enfrentados cotidianamente” (AMOR PAN, 2003, p. 191). Que os familiares em especial as mães apresentam a tendência de proteger os filhos de tudo é evidente, o cuidar é necessário, mas a que ponto essa proteção pode prejudicar? Superproteção ocasiona o não desenvolvimento da autonomia dessas pessoas. O medo de seus filhos vivenciarem atitudes com características preconceituosas ocasiona a redução da inserção dessas pessoas na sociedade. Diferenciar fases no desenvolvimento é importante para as pessoas com deficiência. Quando crianças devem ser tratadas como crianças, como adultos devem ser tratados como tal. Mas infelizmente vários ambientes familiares não praticam isso. Os pais devem ensinar seus filhos a aprenderem a fazer tudo que possível sozinhos, ajudar apenas quando necessário.

Para Amor Pan (2003, p.189):

A Superproteção é um grande freio do processo de desenvolvimento da criança portadora de deficiência que perpetua suas limitações até a idade adulta. A criança a quem se dá tudo pronto tem anulado o próprio senso de iniciativa, se não é permitido correr riscos ou equivocar-se, ela nunca adquirirá experiência.

O filho vai construir sua personalidade primeiramente no seu âmbito familiar e os pais devem estar preparados para ajudá-los a amadurecerem. Essa ideia que seus filhos por apresentarem algum tipo de deficiência são incapazes, que não vivem sem sua proteção tem que ter um ponto final. Fazer pelos filhos o que eles podem fazer sozinhos, tomar por eles decisões são formas de inibirem o comportamento dos filhos. Os pais estão fazendo um mal que pensam que é um bem. É preciso que essas pessoas com deficiência possam vivenciar adversidades para então conseguirem tomar decisões para saírem fortalecidas dessas situações.

Amor Pan (2003, p. 191) menciona que:

[...] O amadurecimento da pessoa, seja ou não portadora de deficiência mental, é o resultado da vivência equilibrada dos sucessos e fracassos nos diferentes desafios que a vida lhe vai apresentando [...]

Sendo importante que os pais procurem conversar com outros pais, formulem estratégias. Essas trocas são positivas e poderão abrir novos caminhos.

Considerado um momento difícil e doloroso para os pais quando eles descobrem que terão um filho com SD. Os pais criam um mundo fantasioso quando descobrem que vão ter um filho, mas ao saber que terá SD esse mundo acaba desmoronando e ocasionando uma sensação de perda, que é conhecido como um período de luto, sendo um momento triste que é preciso ser superado. Quando ocorre a superação os pais ou familiares no geral aplicam uma proteção, um cuidado exagerado que é a superproteção.

#### IV- METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa caracterizou-se na abordagem qualitativa. A qualitativa estimula os participantes a pensarem e opinarem de forma livre sobre algum tema em uma determinada realidade.

Segundo Bogdan e Biklen (1982, apud Ludke e André 1986 p. 13) a pesquisa qualitativa:

[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com situação estudada, enfatizada mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Uma das formas de aplicar uma pesquisa qualitativa é o estudo de caso. “O estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico” (LUDKE E ANDRÉ 1986 p. 17).

Os estudos de caso visam à descoberta. Mesmo que o investigado parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atendo a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo. (LUDKE E ANDRÉ 1986 p. 18).

O pesquisador deve estar por dentro do objeto de estudo, sendo preciso estar sempre se atualizando antes e no decorrer de sua pesquisa. “Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação” (LUDKE E ANDRÉ, 1986 p. 19). “O estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de acontecimento específico” (MERRIAM, apud BOGDAN E BIKLEN, 1994. p.89).

Buscar estudos anteriores na área de pesquisa é essencial para formular as próprias idéias e opiniões. Por isso Ludke e Andre afirmam que “[...] à volta à literatura pertinente durante a coleta pode ajudar muito a análise” (1986 p. 47).

“[...] Ao desenvolver o estudo de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes”. (LUDKE E ANDRÉ, 1986 p. 19), por este motivo inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico, procurando analisar estudos de diversos autores que atuam na área de inclusão de pessoas com deficiências, em especial estudos sobre pessoas com Síndrome de Down.

De segundo momento foi feita a pesquisa de campo, tendo intuito de fazer a compreensão do processo de inclusão do único aluno com SD matriculado no ensino regular no município.

Para referente pesquisa, foi solicitado um termo de autorização para a Secretária de Educação e em seguida para a Gestão Escolar para então execução do estudo.

Sendo necessário para averiguar opiniões e atitudes dos participantes da pesquisa tendo como instrumentos de coleta de dados a formulação de questionários com questões abertas e fechadas e entrevista semi-estruturada para os participantes, com critérios de escolha de indivíduos já estabelecidos. Participaram da pesquisa: Secretária de Educação do Município, gestores da instituição, a professora da primeira série da Educação de Jovens e Adultos-EJA, familiares do aluno e seis colegas de sala.

Os questionários foram entregues para os participantes com um prazo de oito a quinze dias. De acordo com suas disponibilidades. Sendo todos entregues dentro da escola.

Para a mãe, aluno e os seis colegas de sala foram realizadas entrevistas com perguntas pré-estabelecidas, porque eles ainda são estudantes da primeira série do EJA e a maioria não sabe ler nem escrever; por isso a pesquisadora assumiu o papel de escriba ao entrevistá-los tendo que fazer as perguntas registradas pela pesquisadora. Com a colaboração da professora e dos integrantes da secretaria da escola foi reservada uma sala para executar a entrevista.

Por questões éticas os participantes foram identificados por letras e números, ou seja, a secretaria (SE); Coordenadora pedagógica identificada com (CP); a gestão composta pela diretora (G1) e pelo vice-diretor (G2); a professora (P); os familiares são seguidos pela mãe (F1) e pela irmã (F2); os colegas serão seguidos por (C1, C2, C3, C4, C5 e C6); aluno com SD identificado por (A).

Para análise de dados, utilizou-se das ideias de Bogdan e Biklen (1994) sendo preciso analisar a quantidade de dados e os objetivos que se pretendia alcançar. As categorias são: perfil dos entrevistados; Concepções sobre inclusão escolar abordadas pelos participantes da pesquisa; Conhecimento sobre a SD pelos participantes da pesquisa; Discutindo o papel do professor; Discutindo o papel dos gestores; Relações interpessoais; A prática docente desenvolvida para atender às NEE do aluno com SD; Avanços e dificuldade da escolarização de aluno com SD.

## **V – RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS**

### **5.1 – Perfil dos entrevistados**

Antes de iniciar a análise específica sobre os objetivos da pesquisa, vale identificar o perfil dos participantes da pesquisa. São eles:

O participante SE apresenta ensino superior na área de Pedagogia, com tempo de serviço de 29 anos. CP é especialista em Atendimento Educacional Especializado e faz parte do Programa de Educação Inclusiva, Direitos a Diversidade. Atuou como docente durante treze anos, como Assistente Social durante doze anos e atualmente está como Coordenadora Pedagógica há cinco anos. Vale ressaltar que a CP não tem Pedagogia, curso exigido para exercer a função de coordenadora pedagógica nas escolas, conforme está previsto na LDBEN 9.394/96.

G1 apresenta especialização em Gestão Escolar e o participante G2 apresenta graduação em matemática. A participante P apresenta graduação em pedagogia e especialização em psicopedagogia. F2 apresenta graduação em pedagogia. Participantes F1, A, C1, C2, C3, C4, C5, C6 estudam na primeira série do EJA.

### **5.2- Concepções sobre inclusão escolar abordadas pelos participantes da pesquisa**

O conceito de inclusão escolar e escola inclusiva já foram descritos anteriormente estando correlacionados com a aceitação das diferenças de todos e reconhecimento dos direitos básicos (STAINBACK; STAINBACK, 1999; VOIVODIC, 2004; CARVALHO, 2004). Caracterizando por uma luta histórica e ainda frequente para se garantir os direitos de todos e, sobretudo, das pessoas com NEE que ao longo da história da humanidade não tiveram acesso a escolarização devido a preconceitos e discriminações sociais.

O direito a um estudo de boa qualidade, atendendo as necessidades de todos os indivíduos presentes na sociedade só iniciou-se incipientemente a partir dos anos 1980 (Sasaki. 2001). E somente a partir dos anos 1990 a partir de um movimento mundial e pressões internacionais, vinculados a ONU começaram a elaborar e a implementar Políticas Públicas para a construção de uma sociedade inclusiva (SASSAKI, 2001; CARVALHO, 2005). Considerando estes preceitos e acreditam na possibilidade da construção de uma escola inclusiva que analisamos os dados, por este motivo, vale ressaltar que dentro da escola todos

os integrantes participam do processo de inclusão diretamente ou não. Cada um com seu papel procurando atender todos os alunos oferecendo-lhes as oportunidades para que possam aflorar suas potencialidades.

Análise dos dados da Secretaria Municipal de Educação:

Segundo BACHA FILHO (2009, p. 54) em seu livro *Direito Aplicado À Educação*, a Secretaria Municipal de Educação que dentro dela está incluído a secretário (a) que é o profissional atuante tem como primeira atribuição “planejar, supervisionar, dirigir e controlar o ensino público municipal; democratizar a gestão e seu processo de ensino”. O secretário (a) precisa saber como está ocorrendo o processo de ensino em todas as escolas, juntamente como está ocorrendo o processo de inclusão escolar no município. Concordando com Bacha Filho (2009), SE quando questionada sobre o processo de inclusão do aluno com SD, não quis responder as questões, indicando a CP para assumir esta responsabilidade (questionário), justificando que o processo de inclusão nas escolas e o reconhecimento e identificação dos alunos com NEE estava sobre a tutela desta profissional.

A SE afirmou que desconhecia sobre o processo de inclusão do município e que as informações seriam melhores adquiridas por outra profissional. Mas, com a persistência da pesquisadora, a SE concordou em responder alguns questionamentos.

Durante o período de realização da pesquisa a profissional reconhece o conceito de inclusão escolar da seguinte maneira:

Todos tenham uma participação ativa nos processos educacionais, como cidadãos-SE

Sendo ela uma defensora do processo de inclusão. Assim a SE se expressa:

São indivíduos sociáveis e tem direito a viverem compartilhando saberes em grupo conjuntamente com experiências vivenciadas.

Mas, como anteriormente já explicitado, como pode a SE de educação ser defensora se nem ao menos ela conhece os alunos com NEE e os números atendidos por sua Secretaria? A inclusão é caracterizada segundo SE como sendo uma oportunidade de participação de todos, não mencionando que seja apenas para pessoas com deficiência. E que devem estar inseridos em salas de aulas comuns, se relacionando e compartilhando ideias. E em decorrência disso se torna preciso que os ambientes sejam adaptados para que possam ser atendidos de acordo com suas reais necessidades. As relações sociais se tornam importantes, sem dúvida, no processo de aprendizagem de todos os alunos. As ideias apresentadas pela SE coadunam com os

princípios de inclusão apresentados no capítulo (VOIVODIC 2004, STAINBACK e STAINBACK, 1999, CARVALHO 2004) o que nos permite afirmar que a SE conhece claramente os princípios filosóficos e pedagógicos necessário para a construção de uma escola inclusiva.

Apenas na teoria ao ser questionada sobre a importância de se trabalhar com inclusão menciona que:

Primeiro porque todo cidadão tem direito a uma participação democrática como cidadão brasileiro, seguindo a resolução.

O que se pode perceber ao avaliar o conceito da participante é que ela reconhece o conceito de inclusão, mas ao mesmo tempo não procura se envolver na causa. Infelizmente sendo algo ainda presente na realidade escolar, acaba dificultando porque são pessoas que devem está diretamente conectada e atuando para que seja aplica o que determina a constituição.

Quantos aos dados oriundos da coordenadora pedagógica, o conceito de inclusão escolar se descreve como uma forma de oferecer a todos, sem exceção, direito a acesso a uma inserção escolar. Concordando com a inclusão de pessoas com NEE dentro do ensino regular. O que nos permite afirmar que suas ideias ratificam o que diz Constituição Federal (1988) em seu artigo 205, que o ensino será ministrado com base no principio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Assegurar o direito de todos á educação. CP

Sim. Porque a educação é para todos não importando a sua condição. CP

A coordenadora é a responsável por todos os dados referentes à inclusão no município e quando questionada sobre o porquê que buscou trabalhar com esse tema, ela descreve:

Porque só existe cidadania e desenvolvimento social, onde existe respeito aos direitos individuais e coletivos, ou seja, onde há inclusão. CP

Entende-se que para reduzir as desigualdades torna-se preciso acontecer a aceitação das diferenças. A escola deve está preparada para atender a todos sem diferenciação. Analisando os aspectos individuais. De acordo com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990, p. 4):

A educação básica deve ser proporcionados a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.

Valendo, ainda, ressaltar que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990, p.4).

Quando se fala em pessoas com NEE é preciso um atendimento especial, saber atender, do que elas precisam para poder-lhes favorecer oportunidade de conseguirem um aprendizado eficiente e satisfatório. Para atender um aluno com SD é necessário que o professor saiba trabalhar com alunos com NEE, de maneira a proporcionar um ensino cooperativo e solidário, com sentimento de pertencimento (STAINBACK; e STAINBACK; 1999): A Gestora escolar descreve o seu conceito de inclusão escolar como uma:

Prática mais recente no processo de universalização da educação. Se caracteriza em princípios que visam a aceitação das diferenças de cada pessoa, a aprendizagem através da cooperação. G1

A inclusão de pessoas com NEE realmente é considerada uma prática recente em alguns lugares, processo que está ocorrendo ao longo do tempo e que em muitas instituições estão ainda em concepções teóricas, ao estudar os fatos concretos pode-se perceber que praticamente pouca coisa está sendo aplicada, a inclusão não está tão evidenciada em muitas instituições. “[...] evolução recente do atendimento educacional para os alunos com necessidades especiais, em termo de acesso/permanência e da natureza dos serviços educacionais [...]” (GÓES, 2007. p. 25).

Quando questionados aos gestores se eles estavam de acordo com a inclusão de alunos com NEE no ensino regular, se expressam da seguinte maneira:

Sim. Porque a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos. G1

É inserir alunos com necessidades especiais em turmas de alunos considerados normais. G2

Sim, pois os alunos com necessidade especiais precisam interagir com alunos considerados normais. G2

Pode-se observar nessa definição que estes conceitos apenas tratam da inserção de alunos com NEE em salas de aulas com alunos sem deficiência que são considerados pelo profissional ditos “normais”, termo erroneamente citado nas duas respostas que reforça a segregação das pessoas com deficiência. O processo de inclusão trata-se de incluir a todos, não só as pessoas com deficiência.

Debates sobre esses os termos normal e anormal são frequentes (THOMA, 2005). Ao escutar essas expressões pode-se perceber que há uma relação de vantagem e desvantagem se comparados.

*A norma, portanto, marca a existência de algo tomado como o ideal e que serve para mostrar e demarcar aqueles que estão fora da curva da normalidade, no desvio que deve ser corrigido e ajustado. A normalidade é uma invenção que tem como propósito delimitar os limites da existência, a partir dos quais se estabelece quem são os anormais, os corpos danificados e deficientes para os quais as práticas de normalização devem se voltar. (Thoma, 2005)*

Como educadores torna-se preciso nos manter atualizados para não cometer preconceitos linguísticos comuns e que podem prejudicar o processo de inclusão escolar.

Ao se analisar as falas da professora sobre esta categoria observa-se que ela reconhece que a inclusão não é somente para pessoas com NEE:

*Para mim inclusão escolar não é só matricular o aluno e sim dar condições para que ele seja alfabetizado. P*

O Conceito de inclusão escolar feito pela professora da primeira série do EJA não menciona apenas os alunos com deficiência no processo de inclusão escolar e vai de reforçando o que está na LDBEN Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 no art.3 que deve-se ter igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Sendo preciso saber atender a todos de acordo com suas necessidades.

É indiscutível oferecer uma educação de boa qualidade sem falar nas condições que o ambiente escolar apresenta. Aspectos físicos, estratégias de ensino favoráveis para cada aluno, dentre outros. Quanto à aceitação de pessoas com NEE nas escolas regulares, assim ela se expressa:

*Sim apesar das grandes dificuldades esta é a única forma de aprender uma educação regular.*

A mãe do aluno com SD relata não ter conhecimento do que se trata o termo inclusão escolar. Como muitos pais a palavra inclusão ainda é algo desconhecido para eles. Essa desinformação pode prejudicar o desenvolvimento escolar das pessoas com NEE, porque pais não compreendem a importância de seus filhos serem inseridos num ambiente escolar. A irmã do aluno com SD definiu inclusão escolar como:

*O sistema de ensino que deve incluir toda e qualquer criança não importando sua condição física, mental ou psicológica. E que a escola deve estar preparada para receberem suas salas de aula, sem diferenciá-la ou discriminá-la.F2*

A inclusão escolar acontece a partir do instante que todos são aceitos dentro da escola, atendendo de maneira adequada para que consigam se desenvolver. Observa-se que suas ideias representam os princípios de inclusão e possivelmente isto é resultado de seus estudos na área de Pedagogia.

Os seis colegas da primeira série do EJA foram entrevistados sobre o que compreendiam a respeito de inclusão escolar e todos desconheciam esse processo.

Ao indagar se está ou não de acordo com a inclusão de pessoas com NEE no ensino regular:

Não. Porque deveriam está separados. C1

Sim. São capazes. C2

Não. Era pra está em outro lugar, com pessoas iguais a ele. C3

Não. Porque acha que de alguma forma atrapalha os demais. C4

Não. Acho que deveria está separado. C5

Não. Não estou porque acho que ele deveria está em uma escola especial. C6

Percebe-se na fala desses alunos que apenas o integrante C2 se manifestou a favor da inclusão de pessoas com NEE na sala de ensino regular. Ao relatar que são capazes de estudarem com os demais sem deficiência.

Os demais participantes colegas de sala de aula do aluno com SD não são a favor de alunos com deficiência estarem inseridos na mesma sala de aula. A ideia de dividir o mesmo espaço físico é algo considerado um desconforto que em seus relatos pode prejudicar no desenvolvimento escolar. Essa segregação muitas vezes pode ocorrer desde a infância e pode se tornar uma grande barreira que levará consequências por muitos anos. Preconceitos com alunos com SD podem levar a família desistir de matricular seus filhos, não lhes dando a oportunidade de um aprendizado, ter relações sociais, dentre outras consequências. Essa segregação, essa falta de recebimento para com esse aluno torna-se o processo de inclusão inexistente.

### 5.3 Estrutura Física

A estrutura física é importante para o desenvolvimento dos alunos. Com um ambiente físico favorável os alunos conseguem se desenvolver, melhorando o rendimento intelectual e psíquico. Segundo o Portal do MEC<sup>4</sup>:

[...] Portanto, a acessibilidade dos materiais pedagógicos, arquitetônicos e nas comunicações, bem como o investimento no desenvolvimento profissional, criam condições que asseguram a participação aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A instituição onde foi levantada pesquisa apresenta certa carência quando se fala em acessibilidade na instituição onde o aluno estuda. Os profissionais precisam se adaptar a estrutura presente na escola para poder atender os alunos. Confirmando CARVALHO (2004, p.67), diz que:

[...] escola precisa ressignificar suas funções políticas, sociais e pedagógicas, adequando seus espaços físicos, melhorando as condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam, estimulando neles a motivação, a atualização dos conhecimentos a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir a aprendizagem e a participação de todos, em busca de atender às necessidades de qualquer aprendiz, sem discriminações[...]

Todos os alunos merecem um acesso de qualidade na escola e por meio de observação sistemática pode-se analisar que a escola apresenta boa luminosidade, água potável, há rampas em sua entrada com inclinação adequada, ou seja, dentro das normas da ABNT; mas as salas não são largas e os banheiros não adaptados. Ao serem questionados sobre a estrutura física da escolar os participantes responderam que a escola não se encontra adaptada fisicamente para receber alunos com NEE. O que podemos concluir no que tange aos aspectos arquitetônicos é que é necessário ainda modificações para que a escola supere os problemas relacionados à acessibilidade.

---

<sup>4</sup> Site de busca: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19/03/2013 às 22h44min.

## 5.4 Conhecimento sobre a SD pelos participantes da pesquisa

Ao indagar aos participantes sobre o que eles entendem por SD obtive-se algumas respostas:

Trata-se de uma deficiência múltipla. CP

Síndrome de Down é um distúrbio genético, geralmente associado a algumas dificuldades de habilidades cognitivas e deficiência física, assim como de aparência facial. G1

É um distúrbio genético que ocorre ao acaso durante a gravidez e tem mais chances em mulheres mais velhas. G2

Não é uma doença. É uma pessoa que não fala direito, ele só começou a andar com 5 anos. F1

Em entrevista os colegas responderam que desconhecem o que seja a SD. O restante dos entrevistados optou por não defini - lá.

A SD, como explicitada anteriormente, é uma alteração genética que ocorre por motivos desconhecidos. E causa um atraso no desenvolvimento cognitivo e motor nessas pessoas, sendo estes aspectos identificados nas respostas dos participantes G1 e F1 quando dizem que o aluno com SD começou a andar com 5 anos de idade. Características fenotípicas também estão presentes nessa síndrome, mencionadas pela participante G1 quando diz que essas pessoas têm fisionomias parecidas. Vale ressaltar que a SD é considerada uma deficiência intelectual- DI, todavia pode apresentar outros comprometimentos de saúde como descritos no capítulo 2.

## 5.5 Discutindo o papel do professor

A maioria dos educadores não se encontra preparados para atender pessoas com deficiência. O papel do professor é buscar o necessário para que o aprendizado aconteça na rotina escolar.

Ao aplicar o questionamento sobre a oferta de cursos de capacitação de professores para atender alunos com NEE e disponibilização dos mesmos obtivemos as seguintes respostas:

Sim. Foi oferecido o curso de inclusão educacional de crianças e Adolescentes com deficiência, o mesmo aconteceu de abril a dezembro de 2011. CP

Todos têm acesso, mesmo quem não faz parte da rede pública de ensino. CP

Ao questionar sobre a realização de algum curso preparatório para lecionar pessoas com NEE à participante P respondeu que não houve qualquer curso. A insegurança em ensinar às pessoas com deficiência poderia ser amenizada com a participação em cursos de formação continuada, os quais podem contribuir no aprofundamento dos aspectos etiológicos e didático-pedagógicos. O desinteresse e também a falta de tempo são exemplos de motivos para impedir dos educadores não participarem do processo de inclusão ao aplicar a rejeição por se sentirem incapacitados, este quadro também foi identificado nos dados.

Conforme se pode observar nas seguintes falas:

Os professores não têm formação para este fim. P

Estou insegura, pois eu sei que não tenho experiência em trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais. P

Para que o professor obtenha um sucesso de aprendizagem com seu aluno deficiente, ele precisa se adequar a novas estratégias, adaptações nas atividades, ajustes, dentre outras modificações necessárias. Mas o apoio com novos cursos seria interessante, mas infelizmente só foi realizado um único curso em 2011, algo que deveria ser frequente. A falta de formação docente auxilia no processo de segregação dos alunos dentro da sala de aula, pois os alunos podem não ter oportunidades de um ensino adequado. O educador é um facilitador no processo de inclusão escolar e precisa reconhecer seu papel para que aconteça de forma devida esse processo. Romper essa insegurança, procurando uma formação adequada para atender a todos os alunos, é fundamental para a construção de uma escola inclusiva.

Ao indagar os familiares do participante A sobre a capacitação da professora para atender o aluno com SD obteve-se as seguintes respostas:

Sim. Ela ensina direito. F1

Não é capacitada para atendê-lo. F2

Pôde-se perceber nos relatos dos familiares que apresentam divergências em suas falas. A inclusão acontece quando os educadores juntamente com a instituição escolar procuram atender às necessidades dos alunos como um todo. E isso é evidente na fala da participante P que não acontece um processo devido de inclusão escolar. Não é difícil observar isso nas respostas de P ao relatar que não tem capacitação alguma para atender o aluno com SD e que mostrou de início resistência por se sentir insegura para atendê-lo, além de não ter tido nenhuma orientação para atender as NEE dos alunos.

## 5.6 Discutindo o papel dos gestores

O papel do gestor está além do cumprimento das legislações. Precisando ser democrático e tomar decisões que favoreçam o desenvolvimento de todos na escola.

O papel do gestor escolar é de importância tal que não se pode deixar de acompanhar o desempenho do seu trabalho no dia-a-dia das escolas da característica do seu envolvimento com a escola que pode oferecer um ensino de melhor ou pior qualidade. (DELGADO, 2005. p.164).

Considerando isto, questionou-se aos gestores se houve alguma orientação por parte da prefeitura de como proceder com alunos com NEE. As respostas foram:

O novo faz-nós buscar, aperfeiçoar, ir mais além, infelizmente ainda nos falta muito. As orientações que temos são as que buscamos através de informações através dos meios educacionais. G1

Sim. De uma especialista da secretaria de educação. G2

Ao aplicar questões para os gestores a respeito da resistência ou não dos professores em receber alunos com alguma deficiência e como lidar com a resistência presentes no âmbito escolar, obtivemos as seguintes respostas:

Sim. Os professores não se sentem preparados para trabalhar o diferente. Porém, buscamos combater a descrença e o pessimismo, mostrando que a inclusão seja oportuna para demonstrarmos como trabalhar o novo. G1

A instituição escolar busca juntamente com os pais formar uma rede de apoio para que se possa fazer o melhor por estes educandos desenvolvendo suas potencialidades e cidadania. G1

Não determinados professores ainda não se encontram preparados para lidar com situações pedagógicas que favoreça o ensino aprendizagem desses alunos. G2

Quando questionados sobre se os professores recebem alguma orientação por parte da gestão, os dados são:

Apesar das iniciativas acanhadas da comunidade escolar e da sociedade geral, é possível adequarmos a escola para o novo. Precisamos estar imbuídos de boa vontade e compromisso, enfrentando com segurança e otimismo este desafio, enxergando com clareza e obviedade ética da proposta inclusiva. Entretanto, orientamos através da observância para que haja a interação do ensino aprendizagem. G1

A gestão orienta a procurar ajuda pedagógica através da orientação da especialista em inclusão social, mas não é suficiente para que a escola possa desenvolver um trabalho com esse aluno. G2

O que foi possível analisar nas falas dos gestores é que não ocorre orientação por parte deles para a professora do aluno com SD. Todos sabem que a inclusão acontece com

participação de todos e pode-se perceber que os gestores não procuram saber informações da professora para saber como está ocorrendo o atendimento escolar desse aluno.

Ao serem questionados sobre informações sobre se a instituição recebe recurso financeiro para atender alunas com NEE, ambas as respostas foram negativas, ou seja, a escola não recebe qualquer apoio financeiro. Algo que seria importante, pois a escola poderia comprar materiais pedagógicos necessários para atender a necessidade de cada aluno.

Ao investigar sobre a realização de adaptações curriculares pela escola as respostas foram às mesmas, a escola não apresenta nenhuma adaptação curricular para atender o aluno com SD.

Não. Não tínhamos feito, tendo em vista não termos alunos portadores especiais (com síndrome). Entretanto, já estamos revendo o PPP e o regimento para adaptarmos a nova realidade. G1

Não. G2

Na escola não houve um planejamento para atender o aluno com SD. Sendo o primeiro aluno com SD, não sendo atendido como deveria de acordo com suas necessidades. O Projeto Político Pedagógico- PPP mencionado pela professora é um projeto importantíssimo para que haja um plano de ensino adequado para atender os alunos com um todo, e o aluno com SD não estava incluído nele em seu primeiro ano na escola. Mas, segundo G1 será refeito e será adaptado conforme a realidade escolar, agora respeitando a presença desse aluno. “A escola não deve elaborar seu PPP apenas em razão de sua exigência legal, mas sim a partir da necessidade de inovar a ação coletiva no cotidiano de seu trabalho” (MEDEL, 2008. p 46), principalmente, porque o PPP é um documento orientador dos objetivos e metas a serem alcançadas pela escola e de responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional.

## **5.7 Relações interpessoais**

As relações sociais estão sempre presentes no âmbito escolar e é importante no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, ALMEIDA (2007. p. 78) afirma que: “uma boa relação interpessoal é nutritiva porque ajuda a nos constituir como pessoa, e que faz parte da competência da escola”.

Respostas coletados por F1, F2 e A em relação à professora e o aluno com SD, foi que a mesma é muito boa. Em relação aos colegas e ao aluno com SD, tanto F1 como F2 afirmam que os colegas se relacionam muito bem com A.

As relações interpessoais são essenciais para um bom desenvolvimento cognitivo dos alunos em geral. Servindo como influências, as escolas precisam formular estratégias educativas para aflorar as relações dentro do ambiente escolar. Valendo ressaltar que o processo de inclusão escolar deve sempre ter a presença das relações.

Sobre a comunicação com os familiares, a professora afirmou que tem boa comunicação com a família e sempre procura ser clara sobre os assuntos educativos do aluno. A mãe do aluno com SD frequenta a mesma sala de aula junto com ele, segundo ela sua presença é crucial para que ele permaneça na escola com os demais. Sendo assim o contato com a mãe é constante. A família sem dúvida é especial na atuação para que se tenham um bom desenvolvimento escolar. Mas quando acontece de forma exagerada acaba sendo prejudicial para as demais relações interpessoais.

Seguem as falas dos colegas sobre a presença da mãe na sala de aula:

Acha certo porque ela quer também aprender e não deixa ele só em casa. C1

Normal, porque qual a mãe que não quer ver o bem do filho. C2

Ajuda para fazer as atividades na sala. C3

Sem ela ele não se comporta, é importante a sua presença. C4

Ajuda com a professora. C5

Não acho legal, porque não dá pra entrar em contato com ele. C6

A maioria das respostas dos colegas vai a favor da presença da mãe na sala de aula, por eles identificarem que ela é um meio facilitador para a comunicação com a professora. O aluno apresenta fala dificultosa e seria sim um meio facilitador, mas ao mesmo tempo esse aluno fica na maioria das vezes apenas tendo contato com a mãe e essa relação acaba por prejudicar na sua socialização com os demais (relatos em entrevistas), pois há superproteção da mãe na relação social, principalmente, porque A apresenta dificuldade na linguagem oral.

Ao indagar sobre as dificuldades por causa da fala do aluno; os familiares responderam que o mesmo está tendo acompanhamento semanal com a fonoaudióloga. Esse acompanhamento especial fora da escola é importante, para que ao longo do tempo, o próprio

aluno responda aos estímulos sem precisa da ajuda da mãe para isso, favorecendo a sua própria socialização.

### **5.8A prática docente desenvolvida para atender às NEE do aluno com SD**

As adaptações curriculares são, sem dúvida, importantes para atender o aluno com SD para se atingir uma educação de boa qualidade. E o professor deve estar sempre presente para ajudar a formular tais adaptações. Ao se perguntar à P se realizou alguma adaptação curricular para atender o aluno com SD obtivemos a seguinte resposta:

“Sim. Estou ensinando de acordo com o ritmo dele.”P

Ela ainda descreve que o ritmo de aprendizado vai de acordo com cada indivíduo e apresenta limites evolutivos individuais. O professor deve buscar praticar estratégias para atender os alunos seguindo seu ritmo de desenvolvimento para poder avançar o grau de atividades. A diversidade está presente na sala de aula e é evidente que o professor precisa lidar com ela a todo instante. O espírito de criatividade deve estar sempre presente na prática do professor.

Procuo fazer o meu melhor para que eles aprendam. P

As atividades segundo a professora são apenas atividades com figuras para que ele possa pintar isso nos permite afirmar que é preciso mais diversidade em relação às atividades para que o aluno com SD tenha um melhor desenvolvimento, pois se entende que o rendimento escolar também faz parte do processo educativo, além dos aspectos sociais.

Segundo ela a prática pedagógica para atender o participante A é um ensino diferenciado:

Procuo coisas que ele goste como pintura e outros objetos. P

Através de objetos concretos. P

Ao ser questionada sobre a utilização de materiais diferenciados para A:

Sim. Ele adora lápis de cor. P

Materiais que chamem a atenção são fundamentais para alunos com SD. Visualizações de figuras, objetos, aplicação de jogos didáticos são algumas estratégias. Mas

para atendê-lo, como já mencionado, a prática educativa deve abranger bem mais, que isso. E o professor deve manter-se sempre atualizado, e como CP diz “A Secretaria Nacional de Educação Especial disponibiliza todos os materiais didáticos para favorecer o ensino/aprendizagem.” para se garantir uma educação de qualidade para pessoas com SD.

Todavia, constata-se que a disponibilização dos recursos não está chegando até a sala de aula e isso é evidenciado nos depoimentos dos demais participantes da pesquisa.

Pontos positivos e negativos que a professora apresenta para atender o participante A, segundo os colegas de sala, são:

Positivo: paciência com ele; Negativo: não tem. C1

Positivo: ensina muito bem; Negativo: não tem. C2

Positivo: passa atividades para ele fazer; Negativo: falta de materiais. C3

Positivo: quando ela passa atividades pra ele fazer; Negativo: ela tinha que dar mais atenção a ele como pegar na mão. C4

Ela não está preparada para atendê-lo. C5

Acho errado em deixar ele no lugar dele sozinho, quase não tem tempo de prestar atenção só pra ele. C6

Estas dificuldades podem ser oriundas da não formação continuada que a professora não, bem como da falta de apoio do CP. Sem a formação anterior pode-se observar que a professora ainda sente-se receosa em atender aluno com SD, mas aos poucos está se adaptando. As atividades não são tão estimuladoras o que pode dificultar o aprendizado desse aluno.

Mas, vale ressaltar que o primeiro passo é a inserção do A no cotidiano escolar, toda via ainda é preciso avanços e/ou transformações para um ensino de boa qualidade para atender as reais necessidades especiais dele. O processo de formação do professor é longo e contínuo e visa uma reflexão sobre a prática escolar, evitando a exclusão educacional, este deveria ser o princípio pedagógico da Secretaria de Educação e dos gestores.

## 5. 9 Avanços e dificuldades na escolarização do aluno com SD

O participante A foi inserido na escola tardiamente, sendo uma das dificuldades para que ele possa de desenvolver. A mãe diz que:

Até pensava em colocar o filho na escola quando criança, mas não fiz isso por causa do preconceito com ele. Ele quando passava na frente da escola na zona rural as outras crianças tinham medo dele, não se aproximavam, olhares preconceituosos. E só esse ano quando se mudou para zona urbana. É uma oportunidade para ela aprender também. F1

A escolarização é muito importante e precisa ser iniciada o mais breve possível para que a criança, jovem ou adulto receba um maior nível de desenvolvimento possível. Os fatores dificultadores são diversos: econômicos, falta de transporte escolar e o vivenciado aqui foi o preconceito, segundo F1, com A. Olhares e gestos preconceituosos ocasionaram o receio de matriculá-lo e favorecendo o atraso escolar.

Questionamento para os familiares e colegas sobre se a escola encontra-se preparada para receber alunos com NEE, eles assim se expressaram:

Acho que sim. F1

Não. A escola ainda não esta prepara em sua parte pedagógica, pois há dificuldades em realizar atividades de acordo com as necessidades dele. F2

Não. Porque teria que ser especializado, falta material. C1

Sim. Porque a professora ensina adequadamente o aluno, mas faltam recursos. C2

Sim. C3

Não. **Porque é preciso separar ele**, acho que ele tem que ter um professor especial. C4 (grifo nosso)

Sim. C5

Não. Não tem professor adequado para ele. Acho que deveria ter um professor só pra ele. C6

Pôde-se observar em alguns dados apresentados anteriormente, que alguns colegas são a favor da separação do aluno com SD da sala de aula, indicando que seja melhor que ele tenha um atendimento especial e frequente uma sala de aula com pessoas iguais a ele.

A segregação de pessoas com NEE ainda é uma realidade, acreditando que esses alunos devem estar em outro ambiente, com pessoas que apresentam as mesmas características, todavia isso é um grande equívoco de concepção e princípios sociais, pois

entendemos que a diversidade é condição inerente do ser humano e quanto mais ele tiver contato com ela, mais ele pode aprender a respeitar as diferenças compreendendo que as pessoas são essencialmente diferentes, mas com direitos iguais.

Essa exclusão evidenciada em muitas escolas acaba diminuindo as chances dos alunos com n.e.e. se relacionar e se desenvolver assim como para aqueles sem n.e.e. Ao não se sentirem acolhidos eles tenderão a se isolar na sala de aula. E é o que acontece com o participante A, pois o contato maior que ele tem é apenas com a mãe e a professora.

Os dados relacionados às facilidades e/ou dificuldades para atender esse aluno com SD, são:

A maior dificuldade é o preconceito. A facilidade está no gostar e aceitar o outro como ele é. CP

A facilidade foi por termo a mãe que acompanha diariamente em se tratando que os dois estudam na mesma turma. Dificuldades: nos falta recursos acompanhamento profissional adequado para melhor lidarmos e obtermos resultado educacionais. G1

Empenho do professor e aceitação dos colegas em receber esses aluno. A falta de preparação dos nossos profissionais para lidar com situações pedagógicas que possa ser desenvolvido em sala de aula. G2

Nenhuma facilidade, não tenho capacitação. P

Todas as dificuldades, pois não tenho como alfabetizá-lo já que o tempo é pouco e muitas dificuldades. P

Há dificuldade em relação a fala, acredito que se ele conseguisse falar direito ele aprenderia bem muito. F1

Como se percebe por meio dos dados as maiores dificuldades ainda encontra-se nos aspectos relacionadas às questões pedagógicas, principalmente sobre a formação da docente, como já citado anteriormente e só por intermédio da mãe, ela consegue se comunicar com ele. A mãe acompanha todo o desenvolvimento do aluno, o que nos permite afirmar que é um facilitador, todavia, como já elencado o item sobre as questões relacionadas à família a superproteção da mãe para com A, pode dificultar o desenvolvimento e a autonomia do mesmo. A presença da mãe algo essencial para os primeiros passos educativos de A, mas identificamos que é também prejudicial para a socialização do mesmo.

Em relação à reação colegas ao saberem que iam estudar com um aluno com SD, os entrevistados afirmaram:

Normal, não fiquei surpreso. C1

Não fiquei surpreso, nenhuma reação. C2

Não demonstrei surpresa. C3

Nenhuma reação. C4

Achei estranho. C5

Achei ruim, acho que ele deveria está em outro lugar. C6

Observa-se que alguns dos colegas não se sentiram surpresos ao saber que iriam estudar com um aluno com SD. Outros sim, querendo até a exclusão desse aluno da sala de aula. Essa não aceitação é um acontecimento frequente, não aceitar as diferenças, preconceitos são uma realidade no convívio escolar que precisa ser superado, principalmente com ações propositivas dos profissionais da escola para que possam explicitar e explicar os direitos de todos à educação e valorização da diversidade. Entende-se que a homogeneidade na sala de aula nunca irá existir. Somos todos diferentes, e apresentamos nossas características únicas. E na inclusão esse ainda é um obstáculo a ser superado nessa sala de aula.

#### Desempenho do aluno:

Eu acho que ele foi introduzido na escolar muito tarde, pois ele já é adulto, isso dificulta o aprendizado.P

Espero que ele aprenda a escrever. F1

Ele ficou mais comunicativo com as pessoas, pinta, ele antes não conseguia segurar a caneta na mão. Por nunca ser estimulado em casa. F1

É a primeira vez que ele está indo a escola, então o que devemos observar é sua parte psicológica e social, pois em primeiro momento é muito importante que ele tenha esse avanço. E como pude perceber, certos comportamento e atitudes estão melhorando. A parte social que estava voltada a família, amigos e vizinhos passou para pessoas que ele não convivia antes. Suas escolhas e opiniões também mudaram. Na parte da escrita e da leitura, os avanços são: saber que o próprio nome tem uma escrita, ele já consegue identificar algumas letras. Nesse sentido de leitura e escrita, eu como irmã e com um certo conhecimento sei que ele terá um longo caminho e que o primeiro passo já foi dado, frequentar uma escola regular o restante tem que ter o apoio da família e da escola, A escola com seu papel social terá que buscar subsídios para que haja um aprendizado em todos os aspectos. F2

As expectativas familiares são evidenciadas nas falas de F1 e F2. A família busca um avanço no desenvolvimento quando decidem colocar seus filhos ou parentes na escola. Mesmo inserido tardiamente pela família há esperança que ele aprenda e se desenvolva adequadamente. A socialização de A. foi o que mais podemos observar durante a pesquisa, algo essencial e sem dúvida importante para seu desenvolvimento escolar. Quanto aos aspectos avaliativos, observa-se que seu comportamento na escola é: muito participativo segundo P, C1, C2, C3, C6. Mas constata-se também que às vezes ele é reprimido como C4; C5 e C6 afirmar. Assim se expressam os membros da família:

Participativo; consegue se desenvolver; mostra interesse em ir à escola; demonstra curiosidade; demonstra interesse em aprender. F1 e F2

A participação foi à característica mais relatada entre os participantes entrevistados como sendo aspectos positivos no desempenho de A. Mas ao serem questionados em entrevista sobre como ocorre essa participação eles relataram que se dá através das atividades que a professora dá para ele. Que com a ajuda da mãe, ele realiza suas atividades escolares. Essa participação não se dá com os demais. O comportamento reprimido foi citado porque segundo os entrevistados há a separação desse aluno na sala de aula, com os demais alunos; permanecendo em seu lugar durante toda a aula e só dialoga com sua mãe, que também é aluna.

Para concluir, pode-se perceber que a escola, juntamente com os profissionais ainda não estão totalmente adaptados para receber alunos com SD. O desconhecimento sobre a SD é evidente e creditamos que em breve teremos uma escola mais participativa, fazendo com que a inclusão desse aluno aconteça. Constatou-se também que o professor às vezes é resistente para que ocorra a inclusão desse aluno, por receio de não saber atendê-lo corretamente. E para que esse aluno prossiga seu aprendizado a escola terá que desenvolver um novo PPP com a participação dos gestores, professores e funcionários necessários para que esse processo de inclusão escolar aconteça de forma devida e eficaz. Atendendo a todos de acordo com suas necessidades é um dos objetivos principais necessários para a inclusão. Vale ressaltar que a participação da Secretaria de Educação é essencial e que precisa ser reforçada nos próximos anos e próximas pesquisas. Por isso acredita-se que [...], “No fim tudo dá certo. Se não der, é porque ainda não chegou ao fim” (Sabino apud Voivodic 2004, p. 163), então a escola precisa ressignificar seu cotidiano.

## VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas apresentadas nesta pesquisa procuraram compreender aspectos que envolvem o processo de inclusão escolar de um aluno com SD no ensino regular. Podendo observar que durante com os dados obtidos que a escola e seus profissionais não se encontram preparados para aceitar e acolher indivíduos com SD. Precisa de uma reestruturação da prática pedagógica abordadas com esse aluno. O sistema regular de ensino precisa adquirir algumas adaptações para que o processo de inclusão de pessoas com NEE possam frequentar um ensino de boa qualidade. Exigindo uma mudança de postura da professora e exclusão do medo para ela possa formular novas estratégias e ser capaz de se adaptar nas situações novas presentes no cotidiano escolar.

A inclusão é um desafio sem dúvidas e que precisa ser encarado por todos, precisando ser encarada como uma realidade. A participação da família está presente constantemente no desenvolvimento desse aluno e torna-se necessário para a comunicação do mesmo, mas é algo que ainda precisa ser analisado quando aborda a socialização do aluno com os demais colegas que por receio não se comunicam frequentemente com ele. A família serve como mediação para as relações interpessoais no meio escolar. A professora ao formular novas estratégias deve desenvolver atividades que favoreçam a socialização dos alunos em sala. Essa parceria favorece a todos e ajuda na inclusão no ensino regular. Não apenas deixar o aluno inserido perto da mãe. Isto é, o aluno não deve meramente ocupar um espaço na sala, mas que possa receber estímulos para favorecer o convívio desse aluno na sala de aula com os demais colegas realizando o fortalecimento da inclusão escolar.

A presença de profissionais preparados para receber a todos os alunos torna-se importante e ainda não está evidente.

Espera-se que esse estudo contribua como fonte de pesquisa para estudos futuros e sirva como um alerta sobre as problemáticas educacionais relacionadas às pessoas com SD. A inclusão ainda é uma utopia, mas possível se ser conquistada se assumirmos nosso papel social como educadores.

## VII-REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda R.; PLACO, Vera M. N. S. (Orgs.). **O Coordenador Pedagógico e o Espaço de Mudança**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

AMOR PAN, José Ramón. **Afetividade e sexualidade na pessoa portadora de deficiência mental**. São Paulo: Loyola, 2003.

ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BACHA FILHO. Direito Aplicado à Educação. / Teófilo Bacha Filho. Leila de Almeida de Locco. 2.ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora, 1994.

Cariótipo. Disponível em:

<[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cuidados\\_saude\\_pessoas\\_sindrome\\_down.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cuidados_saude_pessoas_sindrome_down.pdf)>. Acesso em: 15/01/2013.

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. **Adultos com Síndrome de Down: A deficiência mental como produção social**. Campinas, SP: Papirus, 2008. ( Série Educação Especial)

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. 176 p.

Centro de Informação e Pesquisa da Síndrome de Down. **Projeto Down**. Disponível em: <<http://www.projetedown.org.br/>>. Acesso em 17 de novembro de 2012 às 20h20min.

DELGADO, Evaldo Inácio. **Políticas Educacionais Em Crise E a Prática Docente**. Canoas: Ed. ULBRA, 2005. 176 p.

\_\_\_\_\_; **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva** .v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília, 2004. p.26 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2012 às 15.

GÓES, Maria Cecília Rafael e LAPLANE, Adriana Lia Frizzman de. (Orgs.). **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. 2- Ed. Campinas: Autores Associados, 2007. Coleção educação contemporânea.

\_\_\_\_\_; Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial. **Inclusão: Revista da Educação Especial/** v.1.n.1(out.2005). – Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao3.pdf>>. Acesso em 15 de março de 2012 às 15h40min.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

JONES, Kenneth Lyons. Padrões Reconhecíveis de Malformações Congênitas. 5ª edição. Editora **MANOLE**. 1998, p 848.

KRASILCHIK, Myriam. Prática de Ensino de Biologia, 4ª Edição, Editora USP, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_; **Lei nº 7.853/89**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>>. Acesso em 14 de novembro de 2012 às 15h35min.

\_\_\_\_\_; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 5.692/71, 1971.

\_\_\_\_\_; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, 1996.

\_\_\_\_\_; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 4.024/61, 1961.

LOCCO. L.A & FILHO, T. B. **Direito Aplicado à Educação**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 232p.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marly E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2005.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis **Projeto Político-Pedagógico: Construção e Implementação na Escola**, 128 pg. Ed. Autores Associados, 2008.

MUSTACCHI, Z; ROZONE, G. **Síndrome de Down: Aspectos Clínicos e Odontológicos**. São Paulo: CID Editora, 1990.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em 02 de julho de 2012 às 22h40min.

PUESCHEL, Siegfried M. (org). **Síndrome de Down: Guia para pais e educado**  
São Paulo: Papyrus, 2006.

\_\_\_\_\_, **Resolução CNE/CEB N° 04/99**. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB04\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf)>. Acesso em: 15 de dezembro de 2012 às 14h40min.

\_\_\_\_\_, **Resolução CNE/CEB n° 4/99**. Disponível em:  
<[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/lres4\\_99.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/lres4_99.htm)>. Acesso em 15 de dezembro de 2012 às 15hr15min SASSAKI, Romeu Kazue. **Inclusão Construindo uma Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2001.

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. **A educação especial da criança com Síndrome de Down. Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:  
<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07.htm>>. Acesso em: 26 de outubro de 2012 às 19h35min.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

PEREIRA-SILVA, N.L.; DESSEN, M.A. **Crianças com e sem Síndrome de Down: Valores e crenças de pais e professores**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 13, n.3, p. 429-446, 2007.

**Portal do Mec**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2013 às 15h12min.

REILY, Lucia Helena (2004) – **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papyrus.

SANTANA, Ana Lucia. **QI Quociente de Inteligência (QI)**. InfoEscola Navegando e Aprendendo. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/psicologia/quociente-de-inteligencia-qi/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013 às 13h45min.

STAINBACK, S.; STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

TADEU, Marcus. **Deficiência intelectual: o conceito**. Disponível em:  
<<http://www.revistapontocom.org.br>>. Acesso em 03/03/2013 às 11h: 25min.

THOMA, Adriana da Silva. **Entre normais e anormais: invenções que tecem inclusões e exclusões das alteridades deficientes**. In: PELLANDA, N. M. C. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

TUNES, Elizabeth. **Cadê a síndrome de down que estava aqui? O gato comeu**. Campinas, São Paulo: autores associados, 2001.

UNESCO 1998. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 05 de setembro de 2012 às 09h 35min.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e Práticas na área das necessidades educativas Especiais.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acessado em 02 de maio agosto de 2012 às 04h40min.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer eu existo: um livro sobre pessoas com síndrome de down.** 4<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1995.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A:

### Termo de Autorização da Secretaria Municipal de Educação

Eu, \_\_\_\_\_,  
funcionária (o) da Secretária de Educação do Município de Remígio-PB, autorizo a pesquisadora Lidiane Rodrigues Diniz, sob orientação da Professora Dr. Ana Cristina Silva da Rosa, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, em Areia, desenvolver o projeto de pesquisa intitulado **PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE REMÍGIO**, a fim de obter as informações necessárias para meu trabalho de conclusão de curso. Tal pesquisa tem como objetivo geral: Compreender como está sendo a inclusão escolar de um aluno com Síndrome de Down no Ensino Regular na cidade de Remígio, estado da Paraíba.

Declaro ter sido informado e estar devidamente esclarecido sobre o objetivo e intenções deste estudo e sobre os procedimentos de tal, e concordo em participar voluntariamente do mesmo.

Estou ciente de que os dados colhidos serão para a pesquisa científica e que podem ser utilizados para publicações.

Remígio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Lidiane Rodrigues Diniz

RG: 3500726

## APÊNDICE B:

### Termo de Autorização para a gestão escolar:

Remígio, 21 de maio de 2012.

Eu, Lidiane Rodrigues Diniz, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº03500726-SSDS-PB, residindo na Rua Cônego Ruy Vieira de nº 28, em Remígio, estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, em Areia, venho requerer por meio deste, autorização para que possa desenvolver a pesquisa denominada: **PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE REMÍGIO**, na instituição Gercina Eloy Freire, a fim de obter as informações necessárias para meu trabalho de conclusão de curso. Tal pesquisa tem como objetivo geral: Compreender como está sendo a inclusão escolar de um aluno com Síndrome de Down no Ensino Regular na cidade de Remígio, estado da Paraíba.

Sem mais agradeço antecipadamente.

Nestes Termos

P. Deferimento

---

Lidiane Rodrigues Diniz

---

Assinatura do (a) diretor (a) da Escola

**APÊNDICE C:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO**

**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação profissional:** \_\_\_\_\_ **Idade** \_\_\_\_\_

**Função:** \_\_\_\_\_

**Tempo de serviço:** \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

**1. Qual é o seu conceito de inclusão escolar?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**2. Você está de acordo com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular?**

( ) Sim ( ) Não

**O porquê de sua resposta?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3. Porque você buscou trabalhar com esse tema (inclusão)?**

---

---

---

4. A Secretária oferece ou já ofereceu cursos de capacitação de professores para atender alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)?

( ) sim ( ) não

Se a resposta foi sim, qual o nome do(s) curso(s)? E qual o tempo de duração?

---

---

---

---

5. Se a prefeitura oferece tais cursos, no entanto, esses são disponibilizados para todos os professores da rede pública? ( ) Sim ( ) Não

Quem tem acesso?

---

---

---

---

6. Há a disponibilização de recursos didáticos de acordo com a necessidade?

---

---

---

7. Você tem conhecimento de como está o caminhamento do processo de inclusão desses alunos nas escolas?

( ) Sim ( ) Não.

Se a resposta foi sim, como?

---

---

---

8. Há resistência de gestores e professores em relação à matrícula de alunos com alguma deficiência em sua sala de aula?  
( ) Sim ( ) Não

Qual a opinião deles sobre isso?

---

---

---

9. Há algum tipo de orientação para os gestores das escolas sobre o atendimento dos alunos com necessidades educativas?  
( ) Sim ( ) Não

Se a resposta foi positiva, quais seriam essas orientações?

---

---

---

10. O que você entende por Síndrome de Down?

---

---

11. Quantos alunos com Síndrome de Down estão matriculados no município? \_\_\_\_\_

12. A gestão recebe alguma orientação da prefeitura de como proceder com alunos com Síndrome de Down?

---

---

---

13. A prefeitura recebe recurso financeiro para atender alunos com necessidades educativas especiais? ( ) Sim ( ) Não

14. As escolas sofrem adaptações arquitetônicas para receber alunos com necessidades especiais? Se a resposta for sim, quais?

Sim  Não

---

---

---

**15.** Em sua opinião quais as facilidades e dificuldades para atender um aluno portador de Síndrome de Down?

---

---

---

**16.** Você acha que alunos com Síndrome de Down conseguem aprender durante o decorrer do ano letivo?

Sim  Não

Como você observa isso, há algum acompanhamento para analisar esse processo na escola?

---

---

---

---

**Agradecida por sua cooperação!!!**

**APÊNDICE D:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO**

**COORDENADOR PEDAGÓGICO**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação profissional:** \_\_\_\_\_ **Idade** \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

**1.** Qual é o seu conceito de inclusão escolar?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**2.** Você está de acordo com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular?

( ) Sim ( ) Não

O porquê de sua resposta?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3.** Você acha que a escola está preparada fisicamente para receber alunos com necessidades especiais? ( ) Sim ( ) Não. Se a resposta foi sim, como?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. O que você entende por Síndrome de Down?

---

---

5. Você tem contato com o aluno portador de Síndrome de Down?

( ) sim ( ) não.

Se a resposta for sim, como seria esse contato?

---

---

6. Você se interessa com o tema inclusão? ( ) sim ( ) não

Por quê?

---

---

---

7. Você acha que a escola faz adaptações curriculares? Se a resposta for sim, quais?

( ) Sim ( ) Não

---

---

---

8. Realizou algum curso preparatório para atender os alunos com necessidades educativas especiais? ( ) Sim ( ) Não

Se a resposta for sim, quais os cursos?

---

---

9. Em sua opinião quais as facilidades e dificuldades para atender um aluno portador de Síndrome de Down?

---

---

---

**10.** Você acha que alunos com Síndrome de Down conseguem aprender durante o decorrer do ano letivo?

( ) Sim ( ) Não

Como você observa isso?

---

---

---

---

**11.** Você acha que os pais ou responsáveis do(s) aluno(s) com Síndrome de Down estão satisfeitos em inseri-lo(s) no ensino regular junto com os outros sem necessidades especiais?

---

---

---

**12.** Como é a sua comunicação com familiares do(s) aluno(s) com Síndrome de Down?

---

---

---

**13.** Que expectativas você acha que tem pais ou responsáveis de aluno(s) com Síndrome de Down?

---

---

**14.** Como você faz para manter a relação com os responsáveis do(s) aluno(s) com Síndrome de Down?

---

---

**15.** A instituição oferece material de apoio para os professores ensinarem alunos com Síndrome de Down?

( ) Sim ( ) Não

**Agradecida pela cooperação!!!**

**APÊNDICE E:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO**

**GESTORES**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação profissional:** \_\_\_\_\_ **Idade** \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

**17.** Qual é o seu conceito de inclusão escolar?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**18.** Você está de acordo com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular?

( ) Sim ( ) Não

O porquê de sua resposta?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**19.** A escola está preparada fisicamente para receber alunos com necessidades especiais?

( ) Sim ( ) Não. Se a resposta foi sim, como?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**20.** Há resistência de professores em relação à matrícula de alunos com alguma deficiência em sua sala de aula?

( ) Sim                      ( ) Não

O que eles acham sobre isso?

---

---

**21.** Como a gestão lida com essa resistência? Há alguma orientação a respeito?

---

---

---

---

**22.** O que você entende por Síndrome de Down?

---

---

**23.** Quantos alunos com Síndrome de Down estão matriculados:\_\_\_\_\_

**24.** Como a gestão orienta seus professores a lidarem com os alunos com Síndrome de Down?

---

---

---

---

**25.** A gestão recebe alguma orientação da prefeitura de como proceder com alunos com Síndrome de Down?

---

---

---

**26.** Há quanto tempo a aluno(s) matriculado(s) com Síndrome de Down na escola?

---

---

**27.** A escola recebe recurso financeiro para atender alunos com necessidades educativas especiais?       Sim  Não

**28.** A escola faz adaptações curriculares? Se a resposta for sim, quais?  
 Sim  Não

---

---

---

**29.** Realizou algum curso preparatório para atender os alunos com necessidades educativas especiais?  Sim  Não  
Se a resposta for sim, quais os cursos?

---

---

**30.** Quais as facilidades e dificuldades para atender um aluno portador de Síndrome de Down?

---

---

---

**31.** Você acha que alunos com Síndrome de Down conseguem aprender durante o decorrer do ano letivo?

Sim  Não

Como você observa isso?

---

---

---

---

**32.** Os pais ou responsáveis do(s) aluno(s) com Síndrome de Down estão satisfeitos em inseri-lo(s) no ensino regular junto com os outros sem necessidades especiais?

---

---

---

**33.** Como é a sua comunicação com familiares do(s) aluno(s) com Síndrome de Down?

---

---

---

---

**34.** Que expectativas você acha que tem pais ou responsáveis de aluno(s) com Síndrome de Down?

---

---

---

**35.** Como você faz para manter a relação com os responsáveis do(s) aluno(s) com Síndrome de Down?

---

---

---

**36.** A instituição oferece material de apoio para os professores ensinarem alunos com Síndrome de Down?

( ) Sim ( ) Não

**Agradecida pela cooperação!!!**

**APÊNDICE F:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO**

**PROFESSORES**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação profissional:** \_\_\_\_\_ **Idade** \_\_\_\_\_

**Tempo de magistério** \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

- 1.** O que você entende por inclusão escolar?

---

---

---

- 2.** Você está de acordo com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular?

( ) Sim ( ) Não

O porquê de sua resposta?

---

---

**3.** Você acredita que a escola está preparada fisicamente para receber alunos com necessidades educativas especiais?

Sim  Não

Por quê?

---

---

**4.** Você a início ofereceu resistência em ensinar alunos com necessidades educativas especiais?

Sim  Não

Por quê?

---

---

---

**5.** Você já fez algum curso preparatório para lecionar pessoas com necessidades especiais? Se a resposta for sim, quais foram?

Sim  Não.

---

---

**6.** Como você consegue lidar com a diversidade na sala de aula?

---

---

**7.** O que você entende por Síndrome de Down?

---

---

**8.** Você já ensinou antes alunos com Síndrome de Down?

Sim  Não

**9.** Quais as facilidades você encontra para atender alunos com Síndrome de Down com uma melhor qualidade?

---

---

---

**10.** Quais as dificuldades você encontra para atender alunos com Síndrome de Down com uma melhor qualidade?

---

---

---

**11.** Você fez alguma adaptação curricular para atender esse aluno?

Sim     Não

Cite:

---

---

**12.** Você recebeu alguma orientação da direção antes de ensinar esse aluno com Síndrome de Down?  Sim  Não.

Se sim, quais?

---

---

**13.** Você recebeu alguma orientação dos familiares?

Sim     Não

Se a resposta anterior foi sim, qual foi?

---

---

**14.** Como você desenvolve sua prática pedagógica para atender alunos com Síndrome de Down? O ensino é diferenciado para esse aluno?

---

---

---

**15.** Você acha que o aluno com Síndrome de Down está se sentindo realizado com o trabalho que a escola está oferecendo a ele?  Sim  Não. Explique o porquê de sua resposta:

---

---

**16.** Você se sente preparado (a) para atender esse aluno?

pouco capacitado     muito capacitado     nenhum pouco capacitado

**17.** Você considera sua relação com ele:

Ruim     Boa     Regular     Ótima

**18.** A relação do aluno com Síndrome de Down com os outros alunos é considerada em sua opinião:

Ruim  Boa  Regular  Ótima

**19.** Como eles reagiram a início com esse aluno?

---

---

**20.** Você acha que esse aluno é capaz de aprender?

Sim  Não

**21.** Como você desenvolve a prática pedagógica para atender esse aluno?

---

---

**22.** Utiliza materiais diferenciados para esse aluno?

sim  não

Se sim, quais?

---

**23.** De que forma você avalia o desempenho do aluno com Síndrome de Down?

---

---

---

**24.** Você o acha na sala:

participativo  Tímido  Reprimido  Inquieto  Curioso

Outros: \_\_\_\_\_

**25.** Você acha que a relação com os outros alunos influencia o aluno com Síndrome de Down?  Sim  Não. De que maneira?

---

---

**26.** Como é a sua comunicação com os familiares desses alunos?

---

---

---

**27.** Você acredita que eles estão satisfeitos com o ensino para esse aluno?

Sim  Não. Explique o porquê de sua resposta:

---

---

**28.** Quais os aspectos abaixo você identifica que seu aluno com Síndrome de Down tem se desenvolvido progressivamente:

Participativo  Tímido  Curiosidade  Relação social

Interesse  Comportamento  Compreensivo

**Agradecida pela cooperação!!!**

**APÊNDICE G:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO**

**FAMILIARES**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Parentesco:** \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

**1.** Por que você escolheu essa escola para matriculá-lo?

---

---

**2.** O que você sabe sobre inclusão escolar?

---

---

**3.** Quais são os desafios que você encontra na educação do seu filho ou parente na escola?

---

---

**4.** Você acha importante ele está matriculado no ensino regular?

( ) Sim      ( ) Não

Justifique sua resposta:

---

---

**5.** Você acha que a escola está preparada para receber os alunos com necessidades educativas especiais?

Sim       Não

**6.** Seu filho ou parente recebe algum acompanhamento especial fora da escola?

Sim       Não

Se sim, qual?

---

---

---

**7.** Você acompanha as atividades de seu filho ou parente na escola?

---

---

**8.** De que forma você contribui com a professora de seu filho ou parente?

---

---

**9.** Você acha que ele está tendo um bom desenvolvimento na escola?

Sim       Não

**10.** Em sua opinião como é a relação dele com os professores?

Ruim    Boa    Regular    Muito boa    Muito ruim

**11.** Você acha que os professores estão capacitados para ensinar seu filho ou parente?

Sim       Não

**12.** Relação com os outros alunos você considera:

Ruim    Boa    Regular    Ótima    Complicada

**13.** Na escola você acha seu filho ou parente:

Participativo

Tímido

Não consegue desenvolver

Consegue se desenvolver

Mostra interesse em ir a escola

- Não gosta do professores
- Demonstra curiosidade
- Demonstra interesse em aprender

**14.** Já matriculou seu filho em outra escola da cidade?Qual?  Sim  Não

---

**15.** Porque decidiu trocar de escola?

---

---

**16.** Você acha que seu filho ou parente terá um bom desenvolvimento esse ano letivo?

Sim  Não

Por quê?

---

---

**Agradecida pela cooperação!!!**

**APÊNDICE H:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO**

**ALUNO**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Série** \_\_\_\_\_

**1. Você gosta da escola?**

( ) Sim      ( ) Não

Por quê?

---

---

---

**2. Você gosta dos seus professores?**

( ) Sim      ( ) Não

Por quê?

---

---

---

**3. Gosta de fazer as atividades que a professora (o) manda você fazer?**

( ) Sim      ( ) Não

Por quê?

---

---

---

**4. Você recebe dos outros o apoio de que necessita?**

( ) Nada ( ) Muito pouco ( ) médio ( ) Muito

5. Dê exemplos de diferentes apoios que você tem recebido na sala de aula:

---

---

---

6. Como você se sente nas relações com os amigos?

---

---

7. Como você se sente nas relações com os professores?

---

---

8. Quais são as dificuldades que você tem enfrentado para está na escola?

---

---

---

9. Disciplina mais difícil?

---

10. Em algum momento você vivenciou alguma situação de exclusão?

( ) sim ( ) não Qual?

---

---

---

11. O que você mais gosta na escola?

---

---

**Agradecida pela cooperação!!!**

**APÊNDICE I:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: LIDIANE RODRIGUES DINIZ**

**QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO**

**ALUNOS**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_

1. O que você sabe sobre inclusão escolar?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. Você acha que a escola está preparada para receber os alunos com necessidades educativas especiais?

( ) Sim      ( ) Não

Por que de sua resposta?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. Você acha que a professora está preparada para ensinar pessoas com necessidades especiais?

( ) Sim      ( ) Não

Por que de sua resposta?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Você está de acordo com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular?

( ) Sim ( ) Não

O porquê de sua resposta?

---

---

5. Em algum momento você vivenciou alguma situação de exclusão ou preconceito?

( ) sim ( ) não

Qual?

---

---

6. Como você avalia seu relacionamento com Edvaldo?

---

---

7. Você já se relacionou alguma outra vez em sala de aula com um portador de Síndrome de Down?

( ) Sim ( ) Não

8. Qual foi sua reação ao saber que iria estudar com Edvaldo? Você ficou surpreso?

---

---

9. Em sua opinião, quais são os pontos positivos e negativos que a professora apresenta para poder atender o aluno Edvaldo e toda classe?

---

---

10. A relação de Edvaldo com os demais alunos é considerada em sua opinião:

( ) Ruim ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ótima

11. Você o acha na sala:

( ) participativo ( ) Tímido ( ) Reprimido ( ) Inquieto ( ) Curioso

Outros: \_\_\_\_\_

12. O que você acha da presença da mãe de Edvaldo na sala de aula?

---

---

**Obrigada pela participação!**

